

HISTÓRIA DAS LIGAS CAMPONESAS DO BRASIL

Clodomir Santos de Moraes



Coleção Manuais 3



33

HISTÓRIA DAS LIGAS CAMPONESAS DO BRASIL

CLODOMIR SANTOS DE MORAIS



INSTITUTO DE APOIO TÉCNICO AOS PAÍSES DE TERCEIRO MUNDO

©Direitos Autorais: Clodomir Santos de Moraes
Tradução do Espanhol: Joaquim Lisboa Neto
Título do original em espanhol: Las Ligas Campesinas de Brasil (Ediciones PROCCARA-FAO-Honduras)
Digitação: Mariana Carvalho de Jesus/Joaquim Lisboa Neto
Diagramação: Francisco da Silva Filho
Ilustração da Capa: Gravura de Abelardo da Hora - "Enterro de Camponês"
Capa: Washington Antonio Souza Simões
IMPRESSÃO: Serviços Gráficos Mestre Zinza Ltda.
Rua Coronel Antonio Barbosa, 209 - Centro
Telefone: (077) 483 1130 - Cep. 47.640-000
Santa Maria da Vitória - Bahia - Brasil

FICHA CATALOGRÁFICA

310.384.8
M827 e Moraes, Clodomir Santos de
História das Ligas Camponesas do Brasil/Clodomir
Santos de Moraes. - Brasília: LATTERMUND, 1997.
92 p.

1. SOCIOLOGIA DO TRABALHO. 2. RECURSOS HUMANOS.
3. REFORMA AGRÁRIA

INSTITUTO DE APOIO TÉCNICO AOS PAÍSES DO TERCEIRO MUNDO
SBS - Quadra 2 Bloco S - Ed. "Empire Center" - Sala 213 Cx. Postal 09706
Cep. 70.070-100 - Fax(061) 325-7500 - Fone(061) 224-4374 - Brasília - DF.

PREFÁCIO

Maio de 1980. Na Nicarágua realizava-se a operação prevista para quatro meses da alfabetização massiva dos meios rural e urbano. O EPA (Exército Popular de Alfabetização) formado por mais de cem mil alfabetizadores, na maioria escolares (meninos e meninas) maiores de 13 anos de idade, havia chegado a todos os rincões da Pátria do revolucionário Carlos Fonseca Amador, fundador da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), e do poeta Ruben Darío, fundador do modernismo na América Latina. Os que já sabiam ler e escrever tinham o dever de alfabetizar um milhão de camponeses e analfabetos das cidades.

Era a primeira vez que eu viajava ao exterior. É que o Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (IICA), da OEA (Organização dos Estados Americanos), patrocinador do Primeiro Encontro Continental de Empresas de Auto-gestão, fez questão de que dele participasse o jornal autogestionário O POSSEIRO, de Santa Maria da Vitória, Bahia.

Esse importante conclave, realizado em São José da Costa Rica, em junho de 1980, me permitiu o privilégio de conhecer pessoalmente figuras importantes do coletivismo como Júlio Bermúdez, do Panamá; Jaime Llosa, do Peru; Miguel Sobrado e a simpatiquíssima Nieves Martínez, da Costa Rica; Nemesio Porras Mendieta, da Nicarágua; Miguel Ángel Gómez Murillo e Andrónico Espinal, de Honduras; Luis Carlos Guedes Pinto, presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária-ABRA; Pieter van Ginneken, da Holanda; e Yurgen Queish, professor da Universidade de Berlim.

Na primeira vez que estive na Nicarágua, depois de visitar Honduras, tratei de aprender o máximo das experiências desses impulsionadores da autogestão no nosso Continente. Já nos 3 meses que passei na Pátria de Sandino, em 1981, tratei de aprender o Método de Capacitação Massiva do Laboratório Organizacional criado pelo nosso compatriota Clodomir Santos de Moraes, aplicado em muitos países pelas agências da ONU (Organização das Nações

Unidas) e OEA. É que eu já havia visto sua aplicação eficiente no Panamá e no Peru, onde ficava a sede do CLA-Conselho Latinoamericano e do Caribe para a Autogestão, para cujo Comitê Executivo eu tinha sido eleito em São José da Costa Rica no ano anterior.

Tive a sorte de ser aluno de Nemesio Porras Mendieta, no seu mega-Laboratório Organizacional de Terreno realizado na cidade de Tisma, e depois participei de um Laboratório de Centro em Bocaycito, na Cordilheira dos Chontales, Nicarágua. De volta, como quem cai n'água para aprender a nadar, me atrevi a realizar um Laboratório Organizacional de Centro no Domingão, no qual se plantaram as sementes da ADERI (Associação de Desenvolvimento Rural Integrado), que até hoje produz frutos no OESTE BAIANO, entre muitos deles o braço Editorial da Casa da Cultura "Antonio Lisboa de Moraes".

A História das Ligas Camponesas (cujo autor foi um dos seus mais destacados dirigentes, junto a Francisco Julião de Paula, líder carismático dos camponeses brasileiros nas décadas dos 50/60), vem de ser impresso, por coincidência, em um dos *módulos* da ADERI, a Gráfica "Mestre Zinza". Bem já o disse Engels que "o acaso tem também sua lógica". De fato, por casualidade, eu conheci, na Nicarágua, esse documento histórico escrito por Clodomir Moraes em espanhol, editado em Honduras (1976) e anteriormente vertido ao inglês por Judith Addler, da Universidade canadense de York, a pedido de Rodolfo Stavenhagen, editor de Anchor Books na Doubleday & Company Inc. de Nova York, em 1970.

O livro me deu uma visão completa das Ligas Camponesas, cujo tema a Ditadura Militar proibia, mediante a censura de imprensa - a mordada imposta a todos os jornais e revistas do Brasil. A única referência que no Brasil se fazia era baseada na tese de doutoramento de Aspásia Camargo na Sorbonne de Paris. Mais do que isso, me deu o entusiasmo de traduzi-la para o português, lá mesmo na Nicarágua Sandinista. Fi-lo já em formato de livro, na esperança de, algum dia, vê-la divulgada, a fim de que tam-

bém os brasileiros se inteirassem melhor das Ligas Camponesas, "cuja rápida propagação - no dizer de Celso Furtado - não encontra paralelo na história dos movimentos sociais do Brasil."

Dito e feito. Eis aqui, pois, a HISTÓRIA DAS LIGAS CAMPONESAS - o meu primeiro trabalho de tradução do espanhol para o português e a concretização do velho sonho de vê-la editado no Brasil. E como já se disse que "o acaso tem também sua lógica", tenho a enorme satisfação de prefaciá-la neste 31 de março - data do malfadado Golpe Militar que proscreeu, em 1964, as Ligas Camponesas.

Isso deixa claro que ninguém faz parar a marcha da História.

Além disso, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) está aí para confirmá-lo.

Santa Maria da Vitória-BA, 31 de março de 1997

JOAQUIM LISBOA NETO

ÍNDICE

1. - ANTECEDENTES DO PROSELITISMO AGRÁRIO NO BRASIL.....	09
1.1 - Tendências urbanas do sindicalismo rural brasileiro	09
2. - AS LIGAS CAMPONESAS	12
2.1 - O período de 1945-1947	12
2.2 - O período de 1948-1954	14
2.3 - Ressurgimento das Ligas	17
2.4 - O método e a tática	19
2.5 - Enfoques teóricos	21
2.6 - Liderança	24
3. - FATORES DE EXPANSÃO DAS LIGAS	26
3.1 - "Congresso de Salvação do Nordeste"	26
3.2 - "Desmoronamento da Oligarquia Agrária"	28
3.3 - A Revolução Cubana	32
4. - ULTAB E LIGAS NO CONGRESSO DE BELO HORIZONTE	35
5. - O ESQUEMA GUERRILHEIRO E A LUTA INTERNA	39
5.1 - A falta de unidade	40
6. - A ARRANCADA DO SINDICALISMO RURAL	45
7. - A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA (OP) E O GOLPE MILITAR DE 1964	49
8. - DIMENSÕES DAS LIGAS CAMPONESAS	53
8.1 - Os líderes	54
8.2 - Um movimento Rural de pernambucanos	56
8.3 - Universo cultural e experiência da liderança	56
9. - CONCLUSÕES	58

APÊNDICE

Carta de José dos Prazeres

Organização Política das Ligas Camponesas do Brasil

1. - ANTECEDENTES DO PROSELITISMO AGRÁRIO NO BRASIL

1.1 - Tendências Urbanas do Sindicalismo Rural Brasileiro

As tendências urbanas do sindicalismo rural brasileiro têm profundas raízes no próprio modo de desenvolvimento econômico e social do país que, a partir de meados do século passado, começa a mudar da utilização extensiva de mão-de-obra escrava para a utilização, também extensiva, de assalariados agrícolas europeus na agricultura cafeeira. Estes últimos eram imigrantes já proletarizados e com forte dose de hábitos e ideologia urbanos. A maioria deles, dada a grande diferença dos padrões de vida e a hostilidade do meio natural do agro brasileiro, trabalharam poucos anos na agricultura e, em ocasiões, somente alguns meses, para logo depois deslocarem-se para os centros urbanos. Não transmitiram ao camponês autóctone os traços ideológicos de uma sociedade europeia e tampouco receberam destes o quadro de inquietações e de problemas sócio-econômicos que os cercava.

As duas grandes metrópoles, Rio de Janeiro e São Paulo, foram, nas primeiras décadas deste século, os centros culturais e industriais do país e neles se concentrou a maior parte da mão-de-obra migratória. De 1901 a 1920, chegaram ao estado de São Paulo 190.068 trabalhadores, menos de 10% (dez por cento), 67.326 eram brasileiros.¹ Segundo o Departamento Estadual do Trabalho, em 1912, em 31 fábricas de tecidos de São Paulo, uma de Santos e outra de São Bernardo, havia 1.204 operários recenseados, dos quais somente 18% eram brasileiros. Nos serviços públicos do estado de São Paulo, naquela época, apenas 36% dos empregados eram de nacionalidade brasileira.²

¹ MARTINEZ RODRIGUEZ, Leoncio. *Sindicalismo y Desarrollo en Brasil* - Revista Latinoamericana de Sociología. Instituto Torcuato de Tella. Buenos Aires, nº 1 de 1966, pág. 30.

² MARTINEZ RODRIGUEZ, Leoncio. *Sindicalismo y Desarrollo en Brasil*. Revista Latinoamericana de Sociología. Instituto Torcuato de Tella. Buenos Aires, nº 1 de 1966, pág. 28.

Desta maneira se pode comprovar que a classe operária brasileira, nos primeiros trinta anos que marcam o início da industrialização do país, não provém do agro brasileiro, mas sim de países europeus com franco desenvolvimento industrial.³ Por esta razão, as primeiras associações políticas sofrem uma enorme influência dos movimentos operários europeus, caindo no simples transplante de enfoques e táticas carentes da mínima consulta às peculiaridades da economia de um país essencialmente agrícola.

O próprio Euclides da Cunha, em seu artigo *Um velho problema* (o da luta de classes), escrito nos começos do século (1.5.1904)⁴ ou no seu jornal *O PROLETÁRIOO*⁵, publicado em 1.5.1899, enfatiza o papel dos operários urbanos e se esquece do que poderiam contribuir os trabalhadores rurais para o processo de desenvolvimento político, econômico e social. O Segundo Congresso do Partido Socialista, realizado em São Paulo em 1902, tratou superficialmente dos problemas rurais brasileiros, preocupando-se, muito mais, com as teses programáticas de seus congêneres europeus.

Nesta fase não existiu, por parte das associações políticas urbanas, maior preocupação pela realidade agrária brasileira, denunciada, há muito tempo, por Antonio Pedro de Figueiredo em 1846⁶, o qual tentou elaborar um projeto de reforma agrária⁷ para a Província de Pernambuco.

Sua preocupação básica residia em aceitar as palavras de ordem do internacionalismo proletário, cujo exemplo é a subscrição encabeçada pelo jornal *TERRA LIVRE*, em 1906, para ajudar aos

³ Comité de Cooperación en la América Latina. *Movimientos Sociales en Sur América*. La Nueva Democracia. Nueva York, EUA. Imprenta Universitaria. Santiago de Chile, 1925.

⁴ DA CUNHA, Euclides. *Um velho problema*. Artigo publicado no jornal *O Estado de São Paulo*. Edição de 1º.5.1904.

⁵ DA CUNHA, Euclides. Programa de *O Proletário* e *Mensagem aos Trabalhadores*, publicados em seu jornal *O Proletário*, órgão do Clube Democrático Internacional "Filhos do Trabalho". São José do Rio Pardo, São Paulo, 1º.5.1899.

⁶ CAVALCANTI, Paulo. *Os equívocos de Caio Prado Júnior*. Coleção *Estudos Brasileiros*. Editorial Argumentos. Gráfica Editora Itambé S.A. Rio de Janeiro, 1966, págs. 25-26 e

CHACON, Vamiréh. *História das Idéias Socialistas no Brasil*. Editora Civilização Brasileira S.A. Rio de Janeiro, 1965, pág. 72.

⁷ MONIZ BANDEIRA, MELO, Clóvis e ANDRADE A.T. *O Ano Vermelho*. Editora Civilização Brasileira S.A. Rio de Janeiro, 1966, págs. 21, 196, 197.

socialistas russos, ou as várias edições brasileiras do *Manifesto Comunista*, que inicia a circular no começo deste século.⁸

Assim, no ano de 1935, quando já funcionavam 600 sindicatos urbanos no país, não existia mais que dois sindicatos rurais, de trabalhadores agrícolas dos municípios de Campos e Parati, ambos no estado do Rio de Janeiro.*

O Conflito Mundial de 1939-1945 veio interromper a forte corrente migratória européia. A indústria brasileira, em franca expansão, passou a absorver grandes quantidades de mão de obra rural brasileira, marcadamente dos estados nordestinos e de Minas Gerais. Estabelecem-se, então, as correntes migratórias internas, com acentuado sentido de integração ideológica entre os núcleos de trabalhadores urbanos e os de assalariados agrícolas. Disso surge, conseqüentemente, uma infiltração do sindicalismo urbano nas áreas de maior concentração de operários rurais. Desta maneira, o sindicalismo rural brasileiro que se desenvolveu em caráter extralegal de 1945 a 1947 não foi mais que uma extensão, um apêndice dos grupos políticos que dominaram ou orientaram o sindicalismo urbano de São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, principalmente. Não foi independente nem caminhava com seus próprios pés. Foi, apenas, o resultado de uma parte da aliança Operário-Camponesa proclamada pelas associações políticas urbanas. Uma vez eliminados ou neutralizados os fatores urbanos que o dinamizaram, o sindicalismo rural brasileiro se reduziu em quantidade e em qualidade, para iniciar, a partir dali, um longo processo de crescimento e expansão.

* MONIZ BANDEIRA, MELO, Clóvis e ANDRADE A.T. *O Ano Vermelho*. Ed. Civilização Brasileira S.A. Rio de Janeiro, 1966, págs. 21, 196, 197.

* Anteriormente, em 1930, funcionava no município de São João de Meriti (Estado do Rio de Janeiro) o *Sindicato Agrícola de Meriti*, formado de pequenos camponeses autônomos, segundo registra Fábio Luz Filho em seu livro *O Cooperativismo e os Latifúndios*. Imprensa Editora Unitas. São Paulo, Brasil, 1931, pág. 71.

2. - AS LIGAS CAMPONESAS

2.1 - O Período de 1945-1947

O retorno do país ao regime de garantias democráticas (em 1945), interrompido pelos dez anos da ditadura de Vargas, propiciou uma grande mobilização de massas camponesas na maioria dos estados brasileiros. Nesse esforço se destacou, naquele período, o Partido Comunista como única organização que se dedicava às massas rurais. As outras agrupações políticas se limitavam ao simples e periódico manejo eleitoral das pessoas do campo, empregando, para isso, a estrutura de poder político dominado pelos grandes latifundiários.

Organizar sindicalmente os trabalhadores agrícolas, apesar de não ser proibido, tornou-se, no entanto, quase impossível, dado o tortuoso procedimento na tramitação das solicitações de personalidade jurídica. Assim, por exemplo, muito depois de se conseguir registrar um dos primeiros sindicatos rurais, em 1933, o dos trabalhadores do município de Campos (estado do Rio de Janeiro) e, em 1954, quando se registrou o sindicato dos trabalhadores da Usina Barreiros (estado de Pernambuco), somente estas duas organizações e duas ou três mais (duas no estado de São Paulo e uma no estado da Bahia), funcionavam legalmente na área rural brasileira.

Outras organizações rurais sindicais que se estruturaram, neste período, não eram reconhecidas pela Lei como tais.

Até 1963, no Brasil, existia *de juri* uma relativa liberdade sindical estabelecida no Direito Positivo (Consolidação das Leis do Trabalho) e, *de facto*, uma rígida restrição ao sindicalismo rural, ditada pelo contexto político de governos comprometidos com os latifundiários.

Pelo fato de não se poder superar esses rígidos limites institucionais, a única possibilidade residia em atuar dentro do âmbito do Código Civil, o mesmo que admite a organização de associações de caráter não especificamente trabalhistas. Neste caminho operaram os ativistas do Partido Comunista realizando, entre 1945 e 1947, uma mobilização massiva e organizada de trabalhadores agrícolas em quase todos os estados brasileiros. Fundaram-se, então, centenas de Ligas Camponesas, que reuniam milhares e milhares de pes-

soas. Os êxitos alcançados foram de tal importância que nem os elevados índices de analfabetismo do agro impediram a eleição de considerável número de representantes comunistas para as Assembleias estaduais e municipais, com a grande contribuição da votação camponesa.

Consoante a própria estrutura orgânica do Partido Comunista, tratava-se de um movimento agrarista altamente centralizado. Além de receber orientação de uma dezena de jornais diários e outro tanto de semanários comunistas, as Ligas Camponesas se orientavam por seu próprio jornal, *TERRA LIVRE*, fundado em São Paulo em maio de 1949, e que circulava semanal ou quinzenalmente, segundo seus recursos financeiros. O folheto *ZÉ BRASIL*, que reflete mais que nenhum outro a tragédia camponesa, alcançou, durante anos seguidos, milhões de exemplares, com grande circulação no setor rural.

Nesta época não se formaram líderes camponeses de grande projeção nacional, regional ou local, pois, como se disse, as Ligas Camponesas eram organizações apêndices da estrutura unitária e centralizada do Partido Comunista. Seu líder era o mesmo do Partido, Luis Carlos Prestes, que, não poucas vezes, aparecia instalando pessoalmente Ligas Camponesas.

A proscricção do Partido Comunista em 1947 significou, principalmente, o fechamento das Ligas Camponesas, e foi no setor rural onde ocorreu a maior parte dos assassinatos, prisões e perseguições com que o governo de Dutra marcou a adoção daquela medida arbitrária.

Uma análise sucinta dos movimentos e organizações de trabalhadores agrícolas do Brasil no período de 1945 a 1947 nos leva às seguintes conclusões básicas:

1. - A organização de trabalhadores rurais não somente abarcava aos assalariados agrícolas de áreas da agricultura comercial, mas sim penetrava em setores camponeses, especialmente os pequenos arrendatários, parceiros e posseiros localizados em quase todos os estados brasileiros.

2. - As organizações atuavam segundo as táticas ditadas pelo Partido Comunista, que propugnava uma política de acumulação de forças (militares e de eleitores) sob a palavra de ordem de uma unitária e disciplinada aliança operário-camponesa.

3. - Havia uma profunda dependência política dos movimentos camponeses com relação aos movimentos operários das cidades e dos campos, dada a preponderância operária entre os dirigentes intermediários do partido, que era o único elemento de catalisação e de encaminhamento dos trabalhadores rurais.

Não houve líderes camponeses de grande significância, especialmente pela pouca influência ideológica do campesinato nas teses programáticas do movimento agrário.

2.2 - O Período de 1948-1954

Com a proscrição do Partido Comunista, desmoronaram-se e reduziram-se extraordinariamente as organizações de trabalhadores no Brasil. Em 1958, as Ligas Camponesas ficaram quase apagadas do cenário rural brasileiro. Só umas quantas funcionavam clandestina ou extralegalmente, aventurando-se, vez por outra, a realizar atos públicos, quase sempre reprimidos violentamente pela polícia. Estas poucas organizações que resistiram ao clima de repressão reduziam-se, em alguns casos, a simples diretorias sem corpo social. Muito poucas em cada estado e em cada região, representavam certo número de filiados que pressionavam para mantê-las ativas.

Sob as duras condições de clandestinidade, o Partido Comunista concentrou sua atividade nos núcleos urbanos, reagrupando seus militantes nos lugares onde não foi tão acentuada a desarticulação de seus organismos intermediários e de base. As óbvias limitações do trabalho clandestino não lhe permitiram, evidentemente, reorganizar em forma unitária o setor rural. Nesse contexto, muitos setores, sobretudo camponeses, tiveram que reagrupar-se por si sós ou, pelo menos, com uma ineficaz assistência do Partido. Em ditos setores destacou-se uma grande influência ideológica do radicalismo de alguns estratos urbanos que conseguiram infiltrar-se no movimento agrarista.

Estas manifestações de independência ideológica do campesinato não se generalizaram, senão que surgiram de forma esporádica e em lugares distantes (dos centros operários urbanos), onde predominava a agricultura de subsistência.

Na maioria dos casos, emergiram de áreas já politizadas ou "conscientizadas" no período 1945-1947, localizadas nas novas

fronteiras agrícolas socialmente dinamizadas por grupos de imigrantes desgarrados da ideologia tradicional de suas antigas comunidades. Destacaram-se os núcleos de posseiros que, considerando a posse uma presumível propriedade, decidiam defender sua parcela com o mesmo fervor do possuidor de grandes extensões de terra.

Quatro importantes acontecimentos marcaram os movimentos camponeses desta época: **A GUERRILHA DE PORECATU**, **A REVOLTA DE DONA NOCA**, **O TERRITÓRIO LIVRE de Formoso** e o **PRIMEIRO CONGRESSO NORDESTINO DE TRABALHADORES AGRÍCOLAS**. Sobretudo nos três primeiros acontecimentos mencionados, é quase nula a influência dos operários urbanos.

a) **A GUERRILHA DE PORECATU** apareceu em 1950, na margem esquerda do curso médio do rio Paranapanema, que divide os estados de São Paulo e Paraná. A área conflitada começa no município de Porecatu (Paraná). Gerou-se de um processo de litígios sangrentos entre posseiros e latifundiários, que disputavam vastas áreas de novas fronteiras agrícolas do norte do Paraná, penetradas por imigrantes gaúchos e nordestinos.

Jacinto, um artesão rural e imigrante nordestino que acompanhou de perto os mais importantes conflitos da área, dirigiu o levante armado dos camponeses de Porecatu e organizou um forte movimento de apoio guerrilheiro no outro lado do rio Paranapanema. Antigos núcleos do Partido Comunista, localizados em Londrina, Apucarana (Paraná), Assis, Presidente Prudente, Martinópolis, Presidente Bernardes (São Paulo), passaram a alimentar com armas, munições, medicamentos e dinheiro os guerrilheiros. **A GUERRILHA DE PORECATU**, depois de 2 meses de impetuosa atuação, dissolveu-se por ingerência do Comitê Regional do Partido Comunista, que constatou não haver condições históricas para a sobrevivência do movimento armado.

b) **A REVOLTA DE DONA NOCA** sucedeu em 1951, no interior do estado do Maranhão. Constituiu-se numa ação paralela às lutas de rua que se desenvolveram na cidade de São Luís, capital do estado, lideradas pelo jornalista Neiva Moreira e pela líder comunista local Dra. Maria Aragão.

Estudantes e operários, nesta época, buscaram impedir que tomasse posse o governador eleito Eugênio de Barros. Enquanto

isso, a prefeita do município de São João dos Patos, Joana da Rocha Santos (de apelido Dona Noca), latifundiária de tendência liberal, decidiu-se, também, a impedir a posse do governador. Dona Noca viajou a Recife, metrópole regional do Nordeste, comprou armas e munições e as conduziu pessoalmente ao interior do Maranhão. Organizou ali uma milícia de centenas de camponeses e nomeou ao "general Bastos" (um estudante de direito) comandante da "revolução". Em uma semana, a milícia camponesa conquistou as cidades de Pastos Bons, Miradouro, Passagem Franca e, depois do assalto ao povoado de Mangas (às margens do rio Parnaíba), ameaçou invadir o estado do Piauí.

Derrotados no morro do Mutum (entre as cidades de Barão de Grajaú e São João dos Patos), os camponeses dispersaram-se após trinta dias, tempo que durou **A REVOLTA DE DONA NOCA**.

c) O **TERRITÓRIO LIVRE** do Formoso constituiu uma área de quase dez mil quilômetros quadrados do estado de Goiás. Os posseiros dali, sob a liderança do camponês José Porfírio, resistiram aos latifundiários. Em choques armados contra estes e contra as forças policiais, que apoiavam os latifundiários, os camponeses de José Porfírio saíram vitoriosos, proclamando **TERRITÓRIO LIVRE** a área localizada entre o rio Tocantins e seu afluente, o rio Formoso. Além disso, elegeram as autoridades da área (prefeitos, vereadores e juizes) e se negaram a pagar tributos ao estado de Goiás. Sob a orientação do Partido Comunista, os camponeses organizaram-se em comitês políticos e ligas armadas. Durante vários anos sustentaram esta situação, até que, anos mais tarde, o governador do estado, coronel Mauro Borges, expropriou a terra e a distribuiu em parcelas, liquidando assim o litígio e a organização armada camponesa.

d) O **PRIMEIRO CONGRESSO NORDESTINO DE TRABALHADORES AGRÍCOLAS** realizou-se em agosto de 1954, com a orientação do Partido Comunista de Pernambuco, na cidade de Limoeiro, sob a liderança do operário Pedro Renaux Leite. O congresso constituiu-se no último esforço das organizações extralegais de trabalhadores agrícolas (ligas camponesas e sindicatos rurais de Pernambuco), no sentido de institucionalizar-se. Apesar da considerável quantidade de participantes, a polícia encerrou violentamente o mencionado congresso. Em contrapartida, o sindicato rural (sem personalidade jurídica) de Goiana, um tanto fora da linha do Congresso, invadiu a cidade com milhares de trabalhadores agrícolas

armados de foices, facões e enxadões, expulsando de lá as autoridades policiais. Esta ação teve como líderes o camponês **JOÃO TOMÁS** e o bancário José Raimundo da Silva, ambos militantes do Partido Comunista.

O período de 1948-1954 marca uma fase na qual os camponeses começam a ensaiar sua própria ação, ainda que de maneira um pouco isolada, isto é, sem as profundas e necessárias ligações com os organismos de operários urbanos que lhes ajudaram a criar suas primeiras organizações.

2.3 - Ressurgimento das Ligas

Em 1954, eram poucas as organizações camponesas que funcionavam e pouquíssimas as que conservavam o nome de Ligas. Uma destas era a Liga Camponesa da Iputinga, localizada nos arredores de Recife, que subsistia, apesar das constantes prisões de seus líderes e das crescentes suspensões de atividades sofridas. Tratava-se de uma organização antiga, dirigida por José Ayres dos Prazeres, seu irmão Amaro de Capim, o dirigente comunista Carlos Cavalcanti e outros.

José dos Prazeres havia sido um criador tradicional de ligas camponesas em anos anteriores.

Era um antigo batalhador pelas causas sociais desde a primeira década deste século, quando em Recife sofreu sua primeira prisão ao tentar, com outros companheiros, embarcar em um navio capitaneado por um militante anarquista que recrutava voluntários para combater em favor da revolução mexicana.

Anos atrás (1906), esteve perseguido pelo fato de coletar ajuda para os socialistas russos durante uma campanha financeira encabeçada pelos jornais sulinos *Terra Livre* e *Novo Rumo*, que José dos Prazeres distribuía em Pernambuco. Nessa época ele havia abandonado o campo para trabalhar na Great Western Railway, atraído pelos salários que os ferroviários haviam conseguido em sua greve geral de 1901. Politizou-se aí, e passou a ser um ativo anarco-sindicalista, mantendo contatos pessoais e correspondência com destacados socialistas e anarco-sindicalistas da época, como Carlos Cavaco, Joaquim Pimenta e outros. Apesar de ser recém-saído do

campo, José dos Prazeres era um autodidata. Para seu nível de operário, era considerado um homem que lia e escrevia facilmente e com boa caligrafia. Isso lhe valeu os cargos de Secretário nas numerosas organizações de que participou.

Prazeres abandonou o anarco-sindicalismo em 1924, quando a fração nordestina deste movimento político negou-se a dar apoio à **COLUNA PRESTES**⁹. Mais tarde, José dos Prazeres reapareceu lutando nas barricadas do Largo da Paz, em Recife, em favor do levante comunista de 1935. Entre 1945 e 1947, ano em que abandonou o Partido Comunista, Prazeres atuou muito na mobilização dos trabalhadores rurais, através da Liga Camponesa da Iputinga, juntamente com outros esquerdistas que as dirigiam. Enquanto isto, buscava infiltrar-se no campo, estabelecendo contatos com grupos de camponeses em litígio com os latifundiários.

Estes contatos foram frutíferos, desembocando na tentativa mais importante de reorganizar os camponeses de Pernambuco; a criação da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco, baseada no núcleo de camponeses do Engenho Galiléia, município de Vitória de Santo Antão, estado de Pernambuco.¹⁰

A Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco (SAPPP) teve, em seus inícios, dias muito difíceis. Isto foi a partir do momento em que seu presidente de honra, Oscar Beltrão, que era o próprio dono do Engenho Galiléia, declinou do cargo honorífico e passou a perseguir os camponeses. A Beltrão se uniram Sadir Pinto do Rego, dono do Engenho Surubim, e Constâncio Maranhão, dono do Engenho Tamatamirim, onde Prazeres organizou mais tarde novos núcleos de camponeses.

A saída do senhor Beltrão privou o pequeno núcleo camponês de uma cúpula, uma cobertura política da qual necessitava para sobreviver. Nos meses de março e abril de 1955 surgiram as primeiras arbitrariedades policiais. De repente, apareceu José dos Prazeres

⁹ Revolta militar dirigida por Luís Carlos Prestes contra o governo do presidente Artur Bernardes.

¹⁰ Veja, no apêndice, a carta em que José dos Prazeres descreve com detalhes como organizou, ele, o núcleo inicial das modernas **Ligas Camponesas**.

com o presidente da SAPPP, Paulo Travassos¹¹, buscando na capital do estado (Recife) respaldo político para os camponeses do Engenho Galiléia.

Prazeres queria evitar que a polícia continuasse sua repressão contra os camponeses do Galiléia. Estas gestões realizadas na capital do estado fizeram com que se formasse um grupo de personalidades para respaldar a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco e de suas "delegacias"¹², às quais, nesses tempos, os latifundiários apelidaram de Ligas Camponesas, vindo com isso a confundi-las com a Liga da Iputinga e com outras ligas camponesas comunistas, já desaparecidas. O trabalho de Prazeres na capital teve pleno êxito. Os deputados Ignacio Valadares Filho, José Dias da Silva, do Partido União Democrática Nacional, Francisco Julião de Paula, do Partido Socialista; Clodomir Moraes e Paulo Viana de Queiroz, do Partido Trabalhista Brasileiro; o vereador José Guimarães Sobrinho, do Partido Social Trabalhista; o prefeito de Paulista, Cunha Primo, do Partido Social Democrático, e o advogado Djaci Magalhães, do Partido Comunista, constituíram inicialmente o organismo informal de apoio urbano de alto nível às Ligas Camponesas. Estes visitavam permanentemente os núcleos de camponeses ameaçados e, com as imunidades de que gozavam como representantes do povo, evitavam que a polícia cometesse arbitrariedades.

2.4 - O Método e a Tática

Desta maneira, surgia na atividade prática o embrião do futuro Conselho Regional das Ligas Camponesas, o que constituiria posteriormente uma peça decisiva no desenvolvimento inicial deste movimento camponês brasileiro.

O Conselho, formado por personalidades urbanas, desempenhava duas funções simultâneas:

- a) Dar amplitude e respaldo político ao movimento camponês;

¹¹ Paulo Travassos era uma mistura de camponês e operário rural do estado do Espírito Santo, onde militava no Partido Comunista. Perseguido pela polícia, em 1954 viajou para Pernambuco e recomeçou sua atividade de organizador rural.

¹² "Delegacia" é o mesmo que sucursal ou subseção.

b) Sensibilizar as massas urbanas com relação às palavras de ordem rurais.

Seu meio século de experiência nas lutas sociais, pleno de perseguições e de prisões, levou José dos Prazeres a conceber empiricamente e instintivamente dois pontos básicos da nova tática política a adotar-se no movimento camponês. Primeiro, que a organização camponesa deveria ter estrutura e circunscrição regionais e não locais. Com efeito, uma organização camponesa local era facilmente sufocada pelos latifundiários, policiais e justiça da área em que surgia. Às vezes, isso ocorria inclusive antes de conseguir sua personalidade jurídica, ao passo que uma organização regional trazia em si mesma extraordinárias vantagens; tais como:

- a) o "status" de uma federação regional;
- b) versatilidade e dinamismo em seu crescimento, já que sua personalidade se estendia automaticamente a numerosas filiais fundadas *ad posteriori*; e
- c) apoio de setores urbanos esclarecidos e mais progressistas, já que o foro da organização regional tinha sede na capital do estado.

Segundo, que a cúpula de respaldo urbano da organização camponesa embrionária seria formada inicialmente por personalidades vinculadas às amplas massas populares, incluindo os partidos políticos e entidades conservadoras. O importante era que ditas personalidades reconhecessem o direito que tem o camponês de defender o seu pedaço de terra.

Esses dois pontos básicos transformaram por completo os métodos e as técnicas anteriormente adotadas na mobilização rural do país, os mesmos que se baseavam fundamentalmente em:

- a) um longo esforço de buscar registro para cada organização camponesa criada e logo reuni-las em uma federação; e
- b) na longa espera da assistência e ajuda que poderiam proporcionar, ocasionalmente, os sindicatos e organizações políticas dos operários urbanos.

Desta transformação de métodos resultou, ao mesmo tempo maior dinamismo e menor insegurança nos trabalhos de proselitismo

de arregimentação camponesa e uma maior independência com relação aos comedidos e prudentes interesses que representavam os principais líderes da classe operária urbana brasileira, nessa época.

Posteriormente, o Conselho Regional das Ligas, composto de profissionais liberais e políticos amigos do movimento camponês, institucionalizou-se.

Esta contribuição à estrutura orgânica inicial das Ligas pareceu ser uma exigência histórica em sua primeira fase. É que, nessa época, o movimento agrarista ainda não havia conquistado a simpatia e o apoio dos operários urbanos que, evidentemente, seria seu mais legítimo aliado e o "estrato" mais apto para ajudar politicamente às massas rurais.

O Conselho Regional com aquela composição social era um instrumento necessário de consultas e, esporadicamente, de decisões em tudo quanto se relacionasse com os efeitos ou conseqüências do movimento camponês dentro da sociedade global. Uma vez institucionalizado, o Conselho Regional passou a ter uma composição invariavelmente formada por militantes do Partido Comunista Brasileiro, do Partido Trabalhista e do Partido Socialista Brasileiro, no qual estava Francisco Julião, que já havia sido proclamado presidente de honra das Ligas Camponesas.

2.5 - Ênfases Teóricas

O Conselho Regional das Ligas desempenhou em seu início um importante papel na expansão do movimento camponês, redigindo os documentos principais, analisando os resultados da experiência diuturna das atividades das Ligas e buscando conceituar os fenômenos que fossem surgindo durante a investigação empírica. Assim foi que se decidiu limitar a arregimentação de massas rurais tão somente às áreas de posseiros (arrendatários, parceiros e ocupantes) e de pequenos proprietários, isto é, dispender esforços exclusivamente nas áreas tidas como de camponeses mesmo. Adia-se deliberada e indefinidamente a arregimentação dos assalariados agrícolas.

Esta tese impôs, na época, uma análise cuidadosa. Na área que surgiram as Ligas Camponesas misturavam-se e confundiam-se

dois tipos de exploração agrícola: a capitalista e a pré-capitalista, chamada semi-feudal. Em outras palavras, a "plantação" e o "latifúndio social". E também por isso, misturavam-se e confundiam-se os dois grandes ramos de explorados: os assalariados agrícolas (operários rurais) e os camponeses (os "artesãos do campo"). Em meio destes "estratos", havia milhares de semi-operários que, de acordo com os regimes das safras, ora trabalhavam como assalariados da "plantação", ora como camponeses em seu pedaço de terra.

Os assalariados agrícolas, mercê dos decretos institucionais predominantes naquela época, tinham uma limitada possibilidade de luta, já que a sindicalização rural era praticamente proibida.

O assalariado agrícola, ou seja, o operário do campo, era o indivíduo que vendia sua força de trabalho para o capitalista rural que, por sua vez, era o proprietário da terra e dos meios de produção, dos instrumentos de trabalho. Vivia numa pequena casa miserável da Usina de Açúcar, em cujo barracão¹³ comprava, por preços exorbitantes, artigos alimentícios da pior qualidade. No barracão, desde seu primeiro dia de trabalho, o assalariado agrícola era um devedor permanente, jamais um credor. E dessarte por qualquer pequeno desejo de melhoria de vida, por qualquer reclamação contra as injustiças sofridas, era despedido. Sem um teto para abrigar sua família, sem terra e sem instrumentos de trabalho para plantar, sem poupanças de nenhuma espécie; o assalariado agrícola não dispunha de condições materiais para lutar judicialmente contra o patrão, pois os Tribunais de Trabalho estavam distantes, na capital ou em cidades importantes do estado, e suas decisões demandavam alguns meses. Assim, vistos seus mínimos recursos econômicos, o assalariado agrícola era politicamente pouco importante, enquanto objeto de organização, naquela primeira fase.

Com os camponeses, não ocorria o mesmo, porém eles tinham uma grande capacidade de luta, pelos fatores expostos a seguir. A associação de defesa de seus interesses - a sociedade civil - tinha plena vigência e consagração nas chamadas democracias liberais. Ela era garantida pelo Código Civil e sua constituição se realizava em uma semana, tempo necessário para reunir determinado

¹³ Modalidade do *truck system*. Armazém do engenho, destinado a recuperar o salário pago aos operários agrícolas, fornecendo-lhes, a preços elevados, mercadorias de primeira necessidade.

número de camponeses, redigir uma ata, publicar a síntese dos Estatutos no Diário Oficial e registrá-la ante um Cartório. Feito isto, suas filiais gozavam, automaticamente, de caráter legal, da liga fundada, com uma simples comunicação formal de sua criação ao Cartório.

O camponês, ainda quando não fosse proprietário de um pedaço de terra (isto é, sendo arrendatário, parceiro ou ocupante), por força do contrato civil, tinha assegurado o direito de plantar meses ou anos indefinidos. Para viver, ele não dependia de alguém que lhe pagasse salários. Vivia do que produzia e do que vendia nas feiras. Era dono, também, dos instrumentos de trabalho que utilizava. Se entrasse em litígio com o proprietário da terra, em virtude das relações jurídicas com o latifundiário, que é de natureza civil, o camponês tinha um representante da Justiça ali mesmo, no município onde residia. Enquanto não se esgotassem, durante meses e anos, todos os recursos legais estabelecidos pelo Código de Procedimento Civil, o camponês continuava plantando, colhendo, comendo com sua família e vendendo a produção excedente.

Em face do exposto, concentrou-se o trabalho de proselitismo e de organização no setor exclusivamente camponês, utilizando, aliás, diferentes métodos para cada caso, segundo as áreas e as circunstâncias. Para isso, no trabalho de conscientização e politização camponesa, participaram cantadores e violeiros; estudantes de medicina, curando as doenças dos camponeses; estudantes de direito, atuando contra os latifundiários; grupos de teatro estudantil, entre-tendo e educando politicamente a família do camponês, etc.

A Reforma Agrária que nesta fase se determinou que fosse pregada pelas Ligas Camponesas se resumia em umas poucas medidas que não representavam mudanças estruturais.

Predicar estas modestas medidas correspondia simplesmente a uma tática deliberada, pois não existia clima, naquela ocasião, para falar no fracionamento das grandes propriedades rurais. Predicava-se, pois, contra a intervenção da polícia em assuntos de natureza agrária; predicava-se contra os castigos corporais e outras violências cometidas pelos latifundiários contra os camponeses e os bens destes; contra os restos semi-feudais que prevaleciam no meio rural do Nordeste brasileiro, sobretudo o "cambão", que é semelhante à *corvée*, anterior à Revolução Francesa.

Para concretizar estas medidas, bastavam a pressão das massas e uma utilização eficaz do Código Civil, já que esta lei, bem aplicada, opunha sérios obstáculos à sanha dos latifundiários. Em realidade, buscava-se aproveitar a existência de uma contradição histórica entre a lei da burguesia liberal, no poder, o Código Civil e as normas tradicionais e retrógradas adotadas pelos latifundiários. Assim, estimou-se que o advogado civilista e o agitador político eram os tipos de trabalhadores sociais mais indicados para esta fase inicial de expansão do movimento camponês.

2.6 - Liderança

Entre os membros do primitivo Conselho Regional das Ligas, o mais experimentado advogado era o deputado Francisco Julião que, imediatamente, projetou-se como presidente de honra do movimento agrarista. Nesta ocasião, sua atividade se dirigia a um interesse exclusivamente eleitoral. Em verdade, não havendo obtido votos suficientes para eleger-se deputado estadual e sim eleito por votação geral dos outros candidatos do Partido Socialista, Julião devia fazer grandes esforços para conseguir uma reeleição para o quadriênio seguinte. Daí que, como advogado, buscava defender qualquer tipo de causa que resultasse em projeção política eleitoral.

Esta conduta o conduzia, algumas vezes, a posições contraditórias. Por exemplo, Julião se propunha dirigir camponeses extremamente católicos, ao mesmo tempo em que acusava ante a justiça o arcebispo de Recife, num ruidoso processo em que atuava como advogado defensor de um secretário da Cúria Metropolitana. Não obstante que a maior parte dos quatrocentos votos com que conseguiu eleger-se como deputado provinha da classe média, cheia de preconceitos morais, Julião, nesse período, apareceu como advogado de milhares de prostitutas do *bas fond* de Recife, que reivindicavam o direito do livre estabelecimento em qualquer rua de Recife.

No entanto, ele reunia algumas qualidades que o confirmavam, dia após dia, na liderança das **Ligas Camponesas**: a paciência e a humildade com que ouvia os camponeses; a prodigalidade com que distribuía favores e dinheiro aos camponeses mais necessitados; o paternalismo em que envolvia suas relações políticas com grupos de camponeses acostumados, por gerações inteiras, ao paternalismo dos grandes donos de engenhos.

Com o objetivo de dar a Julião maior clareza sobre a importância política do movimento camponês e da Reforma Agrária, ele foi enviado à União Soviética, Bulgária e China Continental. Estas três viagens exerceram profunda influência no comportamento político de Francisco Julião. Ele viu de perto o que era um campesinato libertado das travas feudais e do atraso cultural, pela Reforma Agrária. E, a partir desta época, passou a dedicar-se exclusivamente à causa camponesa.

Sua residência na capital de Pernambuco, à maneira da "Casa Grande" dos engenhos açucareiros, era bastante ampla, com grandes "áreas de serviço" e quase um hectare utilizado no cultivo de mandioca e na criação de porcos e aves domésticas. Conservando os hábitos da família feudal de que era originário, Julião mantinha numerosos serventes de ambos os sexos para cortar lenha na cozinha, bombear água do poço, cuidar dos porcos e aves, enviar recados, vigiar a casa, guarda-costas (Julião era sempre ameaçado de morte) e cozinhar para as dezenas de camponeses que, diariamente, iam lhe pedir assistência jurídica.

Chegando ali, o camponês não se sentia deslocado do ambiente da fazenda ou do engenho. A paisagem física era idêntica, com apenas uma diferença substancial: naquela "Casa Grande" ele podia chegar, sentar-se, comer e dormir sem que ninguém o perturbasse. E, às vezes, hospedava-se por vários dias, protegendo-se da polícia ou do latifundiário que o perseguia ou, ainda, aguardando a solução de seu problema. Além disso, o camponês podia conversar por longas horas com o "patrão" ou "chefe", que, às vezes, atendia-lhe de pijama, sem nenhum protocolo. Ainda que não tivesse êxito na longa viagem que tinha realizado até a capital do estado, o camponês regressava satisfeito, feliz por haver encontrado um homem rico, um "doutor" que o havia tratado de igual para igual, com respeito e carinho.

Para toda uma geração de humilhados e ofendidos, foi essencial essa postura natural de Francisco Julião. De sua casa saía o camponês falando para os quatro ventos da "bondade do doutor Julião", aumentando, assim, mais ainda seu prestígio pessoal entre os desamparados.

3. - FATORES DE EXPANSÃO DAS LIGAS

Numerosos foram os fatores que influenciaram na expansão das Ligas Camponesas. O principal foi, indubitavelmente, o ascenso das liberdades democráticas no país, cujo processo começou com a eleição de Kubitschek e Goulart à presidência e vice-presidência da República, respectivamente. A fome e a Reforma Agrária eram temas que, entre outros, dia após dia, iam deixando de ser tabus para converter-se em assuntos correntes tratados pelos jornais e outros meios de divulgação. Cada dia que passava, no território nacional multiplicavam-se os congressos, através dos quais o povo discutia seus principais problemas: congressos contra o elevado custo de vida; congressos pela defesa das riquezas minerais do país; congressos de estudos dos problemas municipais, etc.

3.1 - a) Congresso de Salvação do Nordeste**

Entre 20 e 27 de agosto do mesmo ano (1955) em que resurgiram as Ligas Camponesas, realizou-se em Recife o **CONGRESSO DE SALVAÇÃO DO NORDESTE**, que teve importância decisiva no desenvolvimento do movimento camponês. Tratava-se de um congresso convocado pelas personalidades e organizações mais progressistas do estado de Pernambuco e que conseguiu reunir os mais amplos setores sociais dos nove estados brasileiros que compõem o "Grande Nordeste", do Maranhão à Bahia.

Sua instalação foi realizada num dos clubes mais ricos da capital, o Clube Português, e presidida pelo próprio governador do estado, general Cordeiro de Farias, de inequívocas tendências direitistas. Ali estavam duas mil pessoas e, entre elas, muitos parlamentares; numerosos representantes da indústria, do comércio, dos sindicatos de trabalhadores urbanos, das universidades, dos grêmios estudantis; de profissionais liberais e das Ligas Camponesas, etc. Aproximadamente 1.600 delegados representavam os nove estados

* A fome passou a ser um assunto tratado livremente e sem preconceitos a partir da publicação generalizada das obras do professor Josué de Castro

** Revista Brasileira dos Municípios, nº 32, Ano VIII (out. e dez. de 1955). *Congresso de Salvação do Nordeste*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE-Rio de Janeiro.

do "Grande Nordeste", que, nesta época, somavam mais de dez milhões de habitantes.

Era esta a primeira vez que, no Brasil, reuniam-se tantas pessoas de tão diferentes camadas sociais, das mais diversas posições políticas, para discutir abertamente sobre os principais e mais conhecidos problemas sócio-econômicos que afetavam aquela região.

Cada Comissão Técnica deste Congresso valia por um congresso independente, tão grande era o número de seus participantes. Por exemplo, a Comissão de Problemas da Terra, dirigida pelo Padre Brentano, presidente da Federação Brasileira de Circulos Católicos, compunha-se de mais de duzentos delegados, a maioria camponeses representantes das Ligas.

Nesta oportunidade institucionalizou-se, pelo menos em Pernambuco, a pregação da Reforma Agrária. Além do mais, o **Congresso de Salvação do Nordeste** desenvolveu no estado o processo eleitoral, baseando-se na denúncia permanente do anacronismo das estruturas rurais e na condenação do acentuado atraso econômico (industrial-urbano) em que mantinha Pernambuco a oligarquia agrária semi-feudal dominante. Assim, no mês seguinte (setembro) realizou-se, em Recife, o Primeiro Congresso de Camponeses de Pernambuco, auspiciado pelo Professor Josué de Castro, então Diretor-Geral da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação). A reunião de três mil delegados realizou-se no Clube Náutico, outra associação bastante rica da capital de Pernambuco.

Este Congresso culminou com grande e ruidoso desfile camponês pelas ruas de Recife.

José dos Prazeres havia realizado nesta ocasião dois grandes sonhos: ser eleito Presidente das Ligas Camponesas em seu Primeiro Congresso e ver as ruas da capital dominadas por milhares de camponeses. A partir deste momento, as Ligas Camponesas saíram de seu isolamento inicial e se estenderam do município de Vitória de Santo Antão para outros municípios de Pernambuco, ainda que dentro dos marcos sociais de seus começos, ou seja, mobilizando, principalmente, os pequenos posseiros (arrendatários e parceiros) da Zona da Mata (zona úmida onde se situa a indústria agrícola do açúcar). Dessa maneira, começou o contágio dos assalariados agrícolas das plantações.

3.2 - Desmoronamento da Oligarquia Agrária

"O Nordeste Brasileiro, dizia o manifesto de convocatória do Congresso de Salvação do Nordeste, é uma das regiões mais desamparadas do país. Inumeráveis problemas retardam seu progresso e concorrem para fazer penosa a vida de mais de onze milhões de pessoas que o habitam. Os produtos fundamentais da região, como o açúcar, o algodão, o caroá (bromeliácea fibrosa parecida com o cânhamo, jute ou linho), o agave, o couro e as peles, etc. perdem-se por falta de mercados, trazendo conseqüências desastrosas para sua economia. A utilização do potencial hidroelétrico da Cachoeira de Paulo Afonso, reconhecida, desde há um século, como imprescindível para a redenção do Nordeste, vai-se vendo desfeita como fator de progresso no desenvolvimento de sua indústria. O fenômeno das secas periódicas, os graves aspectos da crise no transporte, o analfabetismo, o baixo poder aquisitivo da maioria da população, as incidências de doenças sociais, a pobreza, responsável dos altos índices de mortalidade e penúria, fazem insuportável a existência do povo."¹⁴

Pernambuco, por ser o estado mais importante da região, refletia mais claramente o conjunto de problemas sociais que afetavam o Nordeste. Em sua capital, de 600 mil habitantes - o próprio governador reconhecia isso - "250 mil pessoas vivem de "biscate" e de pequenos furtos"¹⁵. "Em determinadas regiões (de Pernambuco), devido à miséria e à depauperação, chegam a morrer 504 de cada mil crianças que nascem"¹⁶

Estes e muitos outros índices, que denunciavam o extremo pauperismo em que vivia Pernambuco, resultavam das características de uma economia estancada, em crise - a economia açucareira em que se sustentava o estado e a oligarquia agrária, que o dominava, ininterruptamente, desde 1937.

¹⁴ MORAIS, Clodomir. *Queda de uma Oligarquia*. Gráfica Editora do Recife S.A. Pernambuco, Brasil, 1959, pág. 17.

¹⁵ FARIAS, General Cordeiro. *II Mensagem do Governo à Assembléia Legislativa de Pernambuco*. Recife, 15.3.1956. Diário Oficial de Pernambuco de 16.3.1956.

¹⁶ Estas cifras foram apresentadas pelo sr. Cid Sampaio (governador de Pernambuco), em entrevista publicada pelo *Jornal do Comércio* de Recife, de 14 de setembro de 1958. V. Moraes, obra citada, pág. 169.

O Congresso de Salvação do Nordeste havia fincado suas bases no diálogo com a frente única da classe de empresários, industriais e comerciantes com a classe trabalhadora. No mesmo ano de sua realização, a oligarquia agrária sofreu seu primeiro golpe: perdeu a Prefeitura de Recife, que, anteriormente, era um dos componentes políticos de sua estrutura de poder. A campanha eleitoral do prefeito Pelópidas da Silveira foi financiada pelos industriais e comerciantes, e sua esmagadora vitória deveu-se, sobretudo, aos votos dos comunistas, socialistas e trabalhistas. Instaurou-se, então, em Recife, o chamado Governo da Frente Popular, determinando-se um grande impulso ao movimento camponês.

Com este fato, a Oligarquia Agrária sentiu tremer seus alicerces e reagiu com medidas de violência policial. De 6 de janeiro a 6 de fevereiro de 1956, desatou-se o terror no estado do Pernambuco. Centenas de líderes operários e camponeses foram presos. Todos os camponeses integrantes das Ligas foram detidos. Em consequência houve um estancamento nos meses seguintes, tanto nos movimentos dos trabalhadores urbanos como rurais em Pernambuco.

Em seguida, o governo lançou-se contra o prefeito Silveira e tentou derrubá-lo sob a "acusação" de estar vinculado aos comunistas. Esta manobra fracassou por falta de apoio da opinião pública de todos os estratos da população do Recife.

O próximo ataque do governo e da Oligarquia Agrária seria contra os industriais e comerciantes. Em 31 de agosto de 1956, o governo apresentou um projeto de reformas ao Código Tributário para, através de pesados impostos e de um rígido procedimento, amedrontar e submeter politicamente os comerciantes e os industriais. A reação destes foi vigorosa e contou com o apoio da maioria dos pernambucanos, coisa que fez fortalecer mais ainda a Frente Única, engendrada no Congresso de Salvação do Nordeste¹⁷ e

¹⁷ O Congresso de Salvação do Nordeste exerceu extraordinária influência na política econômica e social do Nordeste Brasileiro nos anos subsequentes. Uma de suas resoluções foi a realização de um congresso especial para debater os problemas operários da região. Este foi realizado três anos mais tarde (1958), com o nome de O Encontro de Salgueiro, que contou com representantes do presidente da República e de governos estaduais da área. O general Machado Lopes, que representou o Governo Federal, informou ao presidente Kubitschek que aquela reunião o havia convencido de que o Nordeste era uma zona explosiva, merecendo imediatas soluções

posta em prática na última eleição municipal do Recife. Apareceu, entretanto, um elemento novo no quadro político da Frente Popular: a participação maciça dos assalariados agrícolas, dos camponeses, dos comerciantes e pequenos industriais de todo o interior do estado na luta política regional. Prorrompeu, então, a luta aberta contra o governo da Oligarquia Agrária, sob a forma de luta contra o novo Código Tributário.

O edifício da Federação das Indústrias, onde realizavam-se permanentemente as Assembléias Gerais dos comerciantes e industriais, foi sitiado em novembro pela cavalaria da polícia. Com isso alarmaram-se os dirigentes e participantes do setor empresarial e buscaram o apoio de seus trabalhadores.

Em torno da luta contra o Código Tributário explodiu uma greve total no dia 9 de novembro de 1956. Paralisaram-se todas as atividades econômicas e financeiras do Pernambuco: bancos, comércio, indústria e agricultura. Trinta e cinco líderes de sindicatos e federações de trabalhadores do estado assinaram um manifesto de apoio à greve geral e, entre eles, José dos Prazeres, em nome das Ligas Camponesas.¹⁸

Com o aprofundamento das crises políticas, explodiu uma nova greve total no dia 13 de março do ano seguinte. Desta vez maior em número de participantes e mais profunda quanto aos propósitos políticos que a determinavam. Foi a maior greve de toda a história de Pernambuco. Com isso, consolidou-se a Frente Popular que, a partir dessa época, espalhou-se por todo o estado. E o mais importante: institucionalizou-se a participação dos camponeses organizados nas lutas políticas daquela Unidade da Federação brasileira.

Para estes e para os assalariados agrícolas, que ainda não podiam organizar-se, as duas grandes greves exerceram um importante papel de conscientização e politização, a mesma que frutificaria

para seus problemas. No ano seguinte, realizou-se o **Seminário de Garanhuns**, que estudou com profundidade os problemas sócio-econômicos da região. O descobrimento da dura realidade nordestina fez surgir o chamado Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO), do qual nasceu, imediatamente, a SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

¹⁸ *Jornal do Comércio*, Recife, Pernambuco, Brasil. Edição de 9.11.1958.

um maior nível de organização e de combatividade nas futuras greves gerais do agro, realizadas nos anos 1963/64.

Em 1958, derrubou-se a Oligarquia Agrária de Pernambuco. Foi eleito governador o industrial Cid Sampaio e vice-governador Pelópidas da Silveira.

Experimentam-se, pela primeira vez, acentuadas transformações políticas no estado.

Ampliaram as liberdades democráticas e as Ligas Camponesas expandiram-se por outras áreas do estado. Em 1959, os camponeses exigiram a distribuição das terras do Engenho Galiléia, onde ressurgiu o movimento das Ligas Camponesas. Com grandes manifestações de rua e comícios camponeses ante a Assembléia Legislativa e o Palácio do Governo, conseguiu-se fazer aprovar o projeto do deputado Carlos Luis de Andrade (Partido Socialista), que determinava a expropriação daquele engenho.

Este acontecimento, aguardado com ansiedade pelos camponeses de Galiléia, estimulou extraordinariamente o movimento das Ligas, levando-o para fora das fronteiras de Pernambuco e, inclusive, consolidando seu prestígio no Nordeste e em outras regiões do país, até onde repercutiram as lutas dos camponeses da Liga de Galiléia.

Meses antes, por motivo de uma disputa de liderança, havia se afastado da presidência das Ligas Camponesas o seu fundador José dos Prazeres. No entanto, na qualidade de simples ativista, continuou organizando, na região serrana de Bonito, as Grandes Ligas de Guaretama e de Barra de Guabiraba, somando-as aos 34 núcleos que anteriormente ele mesmo havia fundado.

A expropriação do Engenho de Galiléia determinou uma grande mudança nas atitudes de seus camponeses. A **Liga de Galiléia**, que foi a base das modernas Ligas Camponesas, estava condenada a desaparecer como o centro principal do proselitismo e de capacitação do movimento camponês. O estado passou a administrar o Engenho Galiléia e a absorver as ambições de seus camponeses. Reduzidos a proprietários tutelados pelo Governo Estadual, os camponeses de Galiléia foram perdendo o interesse político pela luta agrarista. Edward Kennedy, senador norte-americano, visitou o Engenho e presenteou aos camponeses um gerador de energia elétrica para iluminar suas choças (mocambos) miseráveis. A Liga de Galiléia

léia, em 1961, já estava, pois, reduzida a umas poucas dezenas de camponeses desunidos, brigando entre si, pelo fato de que este tinha um caminhão ou aquele outro tinha um jipe. O Poder Público os havia corrompido e havia transformado, em parte, as atitudes políticas daqueles camponeses.

No entanto, apagado o "vulcão" que representou durante cinco anos a Liga de Galiléia, surgiram, em substituição, outros sete "vulcões": as Ligas de Guarétama, de Barra de Guabiraba, Serra da Passira, Arassoiaba, Ponte dos Carvalhos, Quipapá e Taquarembó, todas no estado de Pernambuco. As Ligas Camponesas, a estas alturas, passaram a ser conhecidas no resto do Brasil e no exterior. Independentemente de seu Conselho Regional, começaram a nascer novas Ligas em outros estados, fundadas por camponeses locais.

Em 1960, o Conselho Regional planejou a expansão do movimento camponês, fundando Ligas Camponesas em outras regiões e estados do país.

3.3 - A Revolução Cubana

A Revolução Cubana exerceu grande influência no conteúdo político e no crescimento das Ligas Camponesas. Em abril de 1960, dois dirigentes das Ligas (Francisco Julião e Clodomir Moraes) acompanharam o candidato à presidência da República Jânio Quadros em sua viagem a Havana e Caracas, de onde regressaram entusiasmados com a Reforma Agrária cubana e com o grande movimento rural que realizava-se na Venezuela, com mais de mil sindicatos agrícolas e umas trezentas ligas camponesas.

Nesta época, sérias ameaças pendiam sobre a Revolução Cubana e sua Reforma Agrária. A intervenção norte-americana parecia iminente e Cuba buscava solidariedade em toda a América Latina. No Brasil, não havia campanha de solidariedade a Cuba, pelo fato de que as organizações políticas de esquerda, comunistas, socialistas e o Partido Trabalhista Brasileiro estavam comprometidas com a eleição do candidato de tendência nacionalista à presidência da República, General Teixeira Lott, o qual manifestava uma aversão especial aos revolucionários cubanos.

Ditas organizações políticas acharam mais conveniente iniciar campanhas de solidariedade a Cuba somente depois do mês de outubro,

ou seja, depois da campanha eleitoral. Em vista disso, o Comitê Estadual do PCB de Pernambuco ordenou que as Ligas Camponesas encabeçassem a solidariedade a Cuba, organizando no Nordeste o Comitê Nacional de Solidariedade com a Revolução Cubana, com uma direção formada por "fidelistas" pertencentes às organizações políticas antes mencionadas. Multiplicaram-se os subcomitês nos bairros de Recife, nas cidades do interior de Pernambuco e em outros estados do Nordeste.

Como consequência desta campanha, considerada inoportuna, começaram a diminuir as estreitas relações que existiam entre o Comitê Central do Partido Comunista e as Ligas Camponesas. Tais relações ficaram mais tensas ainda quando os comunistas de Pernambuco que formavam parte do Conselho Regional das Ligas trataram de impor suas teses no IV Congresso do Partido Comunista, segundo as quais a luta contra os remanescentes feudais na agricultura não devia subordinar-se à luta contra o imperialismo. O documento básico dessas teses foi publicado na *Tribuna de Debates* do jornal *NOVOS RUMOS* do PCB, na sua edição de 14 de julho de 1960, com o título "UMA QUESTÃO BÁSICA", e assinado por Clodomir (Clodomir) Moraes.

Derrotados no mencionado Congresso, aqueles comunistas divergentes impulsionaram com rapidez o programa de fundação de Ligas Camponesas no resto do país. Em menos de um ano nasceram em dez estados brasileiros seus respectivos comitês regionais, dirigindo pequenas Ligas Camponesas que eram, às vezes, impulsionadas por organizadores importados de Pernambuco. Enquanto isso, seus melhores militantes eram enviados às dezenas a Cuba, para conhecer de perto a Reforma Agrária. O movimento das Ligas cresceu tanto, ao ponto de adquirir um "status" de organização nacional, sobretudo depois de haver-se organizado o Comitê Nacional das Ligas Camponesas.

Este crescimento vertiginoso das Ligas Camponesas, porém, trazia-lhe sérias desvantagens que afetariam, mais tarde, a integridade e a solidez da organização. Com efeito, em 1961, as Ligas Camponesas não tinham, ainda, uma estrutura orgânica capaz de dirigir as numerosas organizações de massas que as integravam. Elas reuniam as ligas e núcleos de camponeses. Além disso, reuniam alguns grupos de simpatizantes da Reforma Agrária Radical, introduzidos entre a massa universitária (Ligas de Estudantes), entre a gente dos bairros operários (Ligas Urbanas), entre setores femini-

nos (Ligas Femininas), entre militares (Ligas de Sargentos), etc. Eram, enfim, um grande corpo amorfo, sem um esqueleto e sem um "sistema nervoso" que lhe imprimissem unidade e coerência em toda a extensão do organismo.

ULTAB E AS LIGAS NO CONGRESSO DE BELO HORIZONTE

A União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) foi criada em São Paulo, no final do ano de 1955, pelos comunistas, com a finalidade de organizar os trabalhadores rurais do Brasil. No ato de sua fundação estiveram presentes as Ligas Camponesas, representadas por um de seus dirigentes, o advogado Djaci Magalhães. No entanto, as Ligas não se filiaram a ULTAB. Tampouco aceitaram a oferta de aparecer com uma ou duas páginas de notícias no jornal *Terra Livre* da ULTAB, em troca da distribuição do referido jornal entre os camponeses de Pernambuco. A recusa foi proveniente do fato de que a grande maioria dos camponeses deste Estado era analfabeta e a propaganda mais eficiente entre os homens do campo do Nordeste consistia na utilização de violeiros, do cantador e do folhetinista¹⁹ que, através de "canções de protesto"²⁰, manifestavam simpatias aos "movimentos pré-políticos, sejam messiânicos ou de bandoleirismo social"²¹, em que estiveram comprometidas as gerações anteriores.

Além do mais, a ULTAB parecia ser uma organização imposta de cima para baixo, com a finalidade de coordenar nacionalmente as organizações camponesas, que planejavam-se fundar no território do país. Desta maneira, a liderança que a ULTAB apresentava era de tipo meramente formal, não obstante existirem em sua área de influência política (sul e centro do Brasil) autênticos líderes camponeses

¹⁹ Violeiro é o camponês que toca viola e, ao mesmo tempo, canta versos improvisados. É um *doublê* (uma mistura) dos jograis ou de menestréis e trovadores medievais. Enquanto toca a viola de 12 cordas, canta as façanhas dos célebres bandoleiros (cangaceiros) ou de um simples camponês que se opôs aos marcos da sociedade fechada do Nordeste brasileiro. O "cantador" é, em geral, o vendedor de folhetos de histórias camponesas, através dos quais se editam "estórias" que cantam os violeiros. Para vendê-los nas feiras e festas camponesas, o cantador recita os versos com uma melodia típica e sem maiores variações na linha melódica. O "folhetinista" é o poeta camponês que escreve, em versos, aquelas estórias, ou é o dono das pequenas tipografias que as edita em folhetos.

²⁰ Do francês *chanson de geste*. Poema antigo (*chanson de Roland*) em que narra um conjunto de feitos memoráveis de um personagem.

²¹ Movimentos pré-políticos, messiânicos ou de bandoleirismo social, compreende as suas embrionárias dos movimentos camponeses latino-americanos, segundo afirma Arnaldo Quijano em *Los Movimientos Campesinos contemporáneos en América Latina*. CEPAL - 1966.

de renome nacional: Jofre Correia Neto (em São Paulo) e José Pádua (em Goiás), por exemplo. Os dirigentes que a ULTAB cooptou eram o alfaiate Lindolfo Silva e o jornalista Nestor Veras.

As Ligas mantiveram, no entanto, estreitas relações com a ULTAB e voltaram a reunir-se com a referida organização no seu Primeiro Congresso de Trabalhadores Agrícolas do Paraná, realizado em 1959.

A ULTAB, apoiada pelo aparelho nacional do Partido Comunista, pôde desenvolver-se rapidamente por todo o país, exceto no Rio Grande do Sul onde atuava o MASTER²², e em Pernambuco onde estava o "centro nervoso" das Ligas. O número de organizações filiadas a ULTAB em 1962 era dez vezes superior às Ligas Camponesas.²³ No entanto, estas eram muito mais dinâmicas, mais agressivas e refletiam melhor o radicalismo revolucionário dos camponeses do Brasil daquela época.

A ULTAB era uma organização de tipo clássico e constituiu uma experiência que o Partido Comunista já havia posto em prática no período 1945-1947, sem maiores resultados, a não ser o de reunir um grande número de filiados e de eleitores. Sua tática residia na acumulação de forças, através de um trabalho de apoio à reivindicação dos interesses econômicos dos trabalhadores agrícolas (assalariados camponeses). Em troca, as Ligas atuavam no sentido de despertar a consciência política entre os camponeses, para que no momento histórico estes pudessem decidir sobre seu destino.

Assim, em 17 de novembro, em Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, enfrentaram-se essas duas tendências do agrarismo brasileiro. Era o Primeiro Congresso Camponês Nacional convocado e organizado pela ULTAB, com forte apoio financeiro do governo federal, interessado em buscar a melhor forma de evitar que o movimento camponês seguisse fora da tutela governamental.

²² MASTER (Movimento de Agricultores Sem Terra), foi uma organização notoriamente oficialista, criada pelo governador Brizola para impedir que no estado do Rio Grande do Sul os trabalhadores rurais se filiassem à ULTAB ou às Ligas. Este movimento nasceu a partir das invasões de terras, patrocinado também pelo referido governador, com o objetivo político de projetar nacionalmente o seu nome.

²³ Segundo o jornal *TERRA LIVRE*, edição de 20.10.1962, a ULTAB, ao cumprir, nesse mês, oito anos de existência, reunia já 500 associações, com um total de mais de meio milhão de filiados.

qual, por vários decênios, encontrava-se submetido o sindicalismo urbano.

O próprio presidente Goulart esteve presente no Congresso, acompanhado de vários ministros, numerosos parlamentares e do governador de Minas Magalhães Pinto.

Dos mil e quatrocentos delegados no Congresso, 215 eram das Ligas Camponesas, a maioria em farrapos e de aspecto faminto; 38 eram delegados do MASTER, operários rurais, robustos e bem vestidos que, inclusive, negaram-se a utilizar os modestos alojamentos reservados para os representantes²⁴ e hospedaram-se em hotéis regulares. O resto dos delegados provinha de organizações filiadas a ULTAB.

O choque político e ideológico da ULTAB e das Ligas foi inevitável. As Comissões Técnicas do Congresso (dirigidas pela ULTAB) não puderam funcionar regularmente porque o plenário do Congresso afirmava insistentemente que não podiam perder tempo examinando teses sofisticadas a respeito de uma Reforma Agrária que o governo nem sequer lhes havia prometido. Os camponeses não queriam saber como se realizava uma Reforma Agrária, mas sim desejavam discutir a maneira de impor imediatamente a Reforma Agrária Radical.

Nos primeiros dias do Congresso, a ULTAB viu derrotadas suas modernas teses de reforma de leis de arrendamento rural e de extensão da política salarial e de Segurança Social Urbana às massas rurais. A bandeira da **Reforma Agrária Radical, na lei ou na marra**, saída dos camponeses das Ligas, contagiou a todos os delegados. O Congresso, a partir desse momento, não passou de uma série de ruidosas e agitadas manifestações e comícios políticos, que já haviam-se iniciado no interior da própria catedral onde aplaudiu-se com "vivas a Reforma Agrária Radical" e "morte aos latifundiários", o sermão da missa inaugural do I Congresso Nacional dos Camponeses.

Nesta oportunidade, apareceu totalmente claro o trabalho do grupo de comunistas divergentes em torno dos quais gravitava

²⁴ Dos representantes do MASTER, apenas uma jovem, Célia Lima, hospedou-se no alojamento das delegações camponesas, que haviam sido improvisadas com estacas nos socavões de uma construção pública.

Julião. O Partido Comunista os via de frente pela primeira vez e os responsabilizava pela ruptura da unidade partidária. Com a grande vitória obtida no Congresso Camponês, o mencionado grupo divergente incrementou o recrutamento dos guerrilheiros dentro da própria reunião nacional dos camponeses. Em consequência, muitos deles foram expulsos do Partido Comunista. Esta violenta medida foi o prelúdio da guerra aberta contra as Ligas.

* No entanto, esta medida não conduziu o referido grupo de comunistas a criar uma fração dentro do PC ou de filiar-se às frações já existentes. Além disso, o mencionado grupo impedia que Julião hostilizasse o Partido em seus discursos e que se inclinasse para as frações chamadas de "anti-partido". Essa posição *sui generis* converteu as Ligas num alvo fácil aos ataques de todas as correntes esquerdistas de então.

5. - O ESQUEMA GUERRILHEIRO E A LUTA INTERNA

A invasão da Baía dos Porcos por exilados cubanos foi verdadeiramente um fato que mudou a trajetória das Ligas Camponesas. Os dirigentes das Ligas, em 1960, haviam planejado, em cinco ou dez anos, uma organização das massas rurais brasileiras para preparar as bases da chamada **Aliança Operário-Camponesa**, tida como imprescindível para a futura revolução brasileira. Não tinham, seguramente, outras pretensões imediatas.

Com a invasão da Baía dos Porcos, em abril de 1961, no entanto, modificaram-se todos os planos. Os dirigentes das Ligas admitiram que a derrubada da Revolução Cubana adiaría, sem nenhuma dúvida, a Revolução Brasileira. Admitiam, também, que, à medida que os EJA estavam decididos a derrotar o governo de Fidel Castro, derrotaria do mesmo modo os governos amigos de Cuba, incluindo o de Jânio Quadros. E como persistisse a ameaça de invasão à ilha castrista, as Ligas abandonaram o plano de organizar as massas rurais a longo prazo e passaram a preparar focos de resistência guerrilheira.

Num curto período de sete anos, houve seis tentativas de golpes contra o regime representativo brasileiro, com a finalidade de implantar uma ditadura militar reacionária. O primeiro foi em agosto de 1954, com a morte trágica do presidente Getúlio Vargas; o segundo golpe foi tentado pelo presidente Carlos Luz, em 1955, para impedir a tomada de posse do mandatário eleito. Segue-se no governo Kubitschek as revoltas militares de Jacareacanga e de Aragarças. A crise política artificialmente criada durante a greve universitária de Recife (abril de 1961), seguida de uma exagerada mobilização de forças militares, obrigou o presidente Jânio Quadros a mudar o seu escritório de despacho para um sítio nos arredores de São Paulo, seu grande reduto eleitoral. O golpe militar parecia inevitável e sucedeu quatro meses depois, com a deposição de Quadros. No mês seguinte, os civis retomaram o poder, com a posse de João Goulart. No entanto, a implantação de uma ditadura militar era questão de, mais ou menos, meses.

Dal que os dirigentes das Ligas decidiram preparar o esquema armado para resistir ao golpe iminente e para oferecer aos camponeses núcleos de proteção contra o terror que, inevitavelmente, seria desencadeado por militares e latifundiários. Tudo indica, porém, que o que contribuiu definitivamente para que os dirigentes das Ligas decidissem criar seus campos de treinamento guerrilheiro (chamados "dispositivos militares") foram os maços suprimidos de carabinas e fuzis automáticos (25 mil armas) proporcionadas pelo governador Adhemar de Barros, do estado

Entretanto, os adversários das guerrilhas e das próprias Ligas, assim como outros fatores limitativos, eram extremamente fortes para serem superados por uma organização sem experiência e ainda não consolidada. Contra as guerrilhas pronunciaram-se abertamente o Partido Comunista e as Forças Armadas do País. Contra as Ligas, além destes, existiam os pequenos grupos esquerdistas que logo passaram a disputar a direção da luta armada.

5.1 - A Falta de Unidade

Em 1951, as Ligas seguiam sendo um organismo bicéfalo.

Uma cabeça era o antigo grupo de comunistas divergentes que atuavam na organização dos camponeses e que passou a organizar o esquema guerrilheiro. A outra cabeça era Julião, o propagandista urbano da luta armada.

Extremamente influenciado pelos contatos políticos que lhe preparavam os mais distintos grupos de esquerdistas, Julião deixava-se envolver facilmente ou confundir-se com ditos grupos, os mesmos que, às vezes, insinuavam-lhe a possibilidade de uma campanha eleitoral para o governo de Pernambuco ou para a vice-presidência da República. Por isso, os comícios, conferências e outros atos públicos que aqueles pequenos grupos preparavam para Julião tinham, como exclusivo interesse, recrutar militantes das Ligas e de infiltrar-se no Setor Armado. Desta maneira, não multiplicavam-se as Ligas Camponesas, senão que robustecia cada vez mais os grupos esquerdistas aludidos. E se não conseguiram infiltrar-se no esquema guerrilheiro das Ligas foi porque Julião nada sabia do Setor Armado. De fato, admitindo "a falta de vigilância e de segurança revolucionárias que têm os intelectuais pequeno-burgueses sem nenhuma experiência na atividade clandestina", os comunistas divergentes que dirigiam as Ligas informavam a Julião somente as coisas que estavam relacionadas com a agitação das massas.

Assim, do Setor Armado, somente sabiam aqueles que, efetivamente, estavam trabalhando no esquema guerrilheiro e, inclusive segundo consta, estes conheciam exclusivamente o que correspon-

de São Paulo, para que os latifundiários brasileiros "se defendessem" da Reforma Agrária.

dia à sua área de ação. Os subsectores funcionavam em compartimentos estanques isolados e hermeticamente fechados. Os militantes de um campo de treinamento de guerrilha sabiam somente o que ocorria neste campo. Porém, a guerrilha das Ligas não se concretizou. Só num campo de treinamento houve choques com o corpo de paraquedistas e fuzileiros navais, nos primeiros dias de novembro de 1962; e isso só porque os militares surpreenderam os futuros guerrilheiros.

Tudo indica que, além de outros fatores, as relações diplomáticas que existiam entre Cuba e o Brasil exerceram grande influência no fracasso do esquema militar das Ligas Camponesas. Estas relações, nesta época, não propiciavam um apoio aberto do governo cubano às guerrilhas que as Ligas preparavam no Brasil. Segundo consta, alguns setores cubanos aconselhavam uma maior aproximação das Ligas aos presidentes Quadros e Goulart, sucessivamente.

Os homens das Ligas que fundaram os campos de treinamento de guerrilhas, desprovidos de preparação adequada, pouco puderam transmitir da arte militar aos seus companheiros. Em um ano, à espera de uma voz de comando que nunca chegou, os futuros guerrilheiros tiveram que enfrentar todas as naturais conseqüências de um longo e particular isolamento; da falta da atividade prometida; da ausência de um programa armado bem definido e, ainda mais, da falta de uma sólida unidade dos organismos dirigentes, fatores estes que destroem moral, política, ideológica e organicamente a qualquer grupo de combatentes.

As Ligas faltava, desde seus começos, unidade organizativa. Como já se disse, elas sempre haviam sido um corpo bicéfalo. Eram organizadas pelos camponeses e um grupo de comunistas dissidentes, enquanto Julião aparecia como seu principal propagandista, sua bandeira. Ele era o artista e aqueles seus empresários. Eram dois corpos que viviam em simbiose. Além do mais, à medida que aumentava a participação dos pequenos grupos esquerdistas mencionados anteriormente, no movimento de massas das Ligas e se aproximava a campanha eleitoral de renovação do parlamento, Julião escapava do controle que sobre ele exercia o Setor Político e Armado. Este controle era apenas tolerado por Julião, por considerá-lo demasiado rígido. Por isso, buscava sempre libertar-se dele. Quando, a 21 de abril de 1962, na cidade de Ouro Preto (MG), Julião reuniu-se com uns poucos militantes dos pequenos grupos esquerdistas, lançou um manifesto (*Manifesto de Ouro Preto ou Manifesto 21 de Abril*), com o

objetivo de fundar um movimento político capaz de aglutinar nacionalmente, e em torno das Ligas, todos os movimentos agrários e nacionalistas do país. Era o *Movimento Tiradentes* ou *Movimento 2 de Abril*, que não teve maior repercussão. Mesmo assim, o fracasso do Manifesto não foi total, levando em conta o objetivo final que Julião perseguia, pois com isso formou uma superdireção, composta por intelectuais e estudantes dos pequenos grupos esquerdistas que apoiavam, com a finalidade de dirigir a todos os organismos das Ligas Camponesas, inclusive a seu Setor Armado.

A Direção Política, que era o mesmo Setor Armado, que no princípio havia se deixado envolver pela manobra, reagiu imediatamente. Apesar disso, foi demasiado tarde; os adversários já haviam penetrado nos campos de treinamento guerrilheiro. Os novos recrutamentos provinham dos centros urbanos. A maioria deles estava formada por estudantes sem o nível político e ideológico que as tarefas guerrilheiras exigiam. Sem nenhuma experiência no hábito de vida organizada, os novos recrutados eram demasiado informais e muitos deles moralmente deformados. Segundo consta, os gastos nos campos de treinamento guerrilheiro tornaram-se elevados, pois muitos dos seus integrantes exigiam bolachas, marmeladas e enlatados em seus cardápios. Além do mais, exigiam o direito de visitar semanalmente os prostíbulos dos povoados vizinhos, justificando suas pretensões entre os camponeses e operários fundadores dos campos de treinamento, assinalando que os altos dirigentes do Setor Militar e Político e do Setor de Massas desfrutavam uma vida de príncipes, em hotéis luxuosos, cercados de amantes.

Minados os campos de treinamento guerrilheiro, os novos elementos começaram o assalto às suas direções para destruí-las e estabelecer um ambiente de "amplas liberdades". Mas a reação dos camponeses e assalariados que haviam estado ali desde o princípio foi à mão armada contra os adventícios ou recém-chegados. Estes últimos foram expulsos dos campos e tiveram que regressar para os seus centros urbanos de origem.

Desgostosos por terem sido rechaçados, procuraram Julião e o amedrontaram com o que chamaram de regime de "prepotência stalinista" do setor militar das Ligas. Pediram-lhe ajuda financeira para reunir representantes de todos os setores clandestinos e transferir-lhe todas as atribuições do Setor Armado. Nesta forma, desmantelou-se quase toda a organização guerrilheira.

Julião, que jamais havia entrado em contato com os futuros guerrilheiros, e tampouco sabia onde os mesmos se localizavam, teve a satisfação de ver uns poucos, pela primeira vez. Mas viu também que havia caído numa armadilha. Sua ilusão de monopolizar a direção do Setor Militar das Ligas caiu por terra, já que a nova direção, criada nessa oportunidade para o Setor Armado, estava repleta de militantes dos mencionados pequenos grupos esquerdistas.

Com a paralisação de parte do treinamento guerrilheiro, desviou-se para a campanha eleitoral de Julião (julho, agosto e setembro de 1962) a maioria das reservas financeiras e humanas do Setor Armado. Doze automóveis formavam a frota de sua propaganda política para deputado federal e de um seu irmão para deputado estadual. Outros quatro veículos eram para os candidatos a deputados pelas Ligas nos estados da Paraíba, Bahia e Paraná. A campanha eleitoral de Julião teve a mesma grandiosidade da campanha eleitoral do governador Miguel Arraes, com muita propaganda, de dois a três comícios diários e de forma particular.

No entanto, aumentou o descontentamento entre os que ainda permaneciam nos campos de treinamento guerrilheiro. Alegavam que era paradoxal preparar guerrilhas e, ao mesmo tempo, participar ativamente da "farsa eleitoral". Além do mais, reclamavam dos grandes gastos eleitorais com tantos veículos e tanta propaganda, enquanto nos campos de treinamento guerrilheiro, em um ano de existência, não haviam conseguido a ajuda de um jipe para transportar suas colheitas e para realizar operações de reconhecimento militar nas áreas de futuras operações.

A campanha eleitoral das Ligas foi um desastre. Julião não conseguiu mais que o último lugar entre os eleitos. Os outros candidatos das Ligas não chegaram a alcançar nem a suplência. Além disso, havia perdido grande parte da direção de várias organizações de massas, inclusive a própria direção do jornal *A Liga*, recém-fundado no Rio de Janeiro.

Os veículos da campanha eleitoral de Julião foram distribuídos gratuitamente entre os eleitores, exceto dois, que passaram às mãos, bem a tempo, do Setor Armado. Indignado com o desastre da campanha eleitoral, o Setor Armado obrigou Julião a dissolver o

Movimento Tiradentes²⁵ e a expulsar seus principais integrantes. Como consequência disto, os camponeses restantes do Campo de Treinamento Guerrilheiro nº 6, da Serra de Petrópolis, comandado por Mariano da Silva ("Loyola"), deslocaram-se para o Rio de Janeiro (outubro de 1962) e, à mão armada, reconquistaram o jornal *A Liga* que estava sendo dirigido por um grupo de intelectuais.

Depois desse episódio, o jornal *A LIGA* passou a ser dirigido pelo estudante e jornalista Pedro Porfirio Sampaio e o Padre Alípio, ambos da OM, e mais três representantes da Organização Política: Adauto Freire da Costa, Mariano José da Silva e Ozias da Costa Ferreira.

Também levantaram-se em armas os camponeses e trabalhadores dos Campos de Treinamento nº 1 e 4 e expulsaram os recém-chegados.

A partir deste momento, a luta interna das Ligas degenerou em delações de toda ordem e, em consequência, começaram a surgir as primeiras prisões. Como medida de segurança, o Setor Armado determinou a dissolução dos campos guerrilheiros. Neste momento, ficavam nacionalmente liquidadas as Ligas Camponesas. O único caminho a seguir era o de reunir no Nordeste os seus melhores militantes, que anos atrás haviam sido enviados ao resto do país. Iniciou-se, em 1963, o trabalho de reorganização camponesa em Pernambuco, onde as Ligas haviam se reduzido a umas poucas organizações com menos de 10 mil filiados.

²⁵ Dissolução do Movimento Tiradentes. *O Seminário* - Rio de Janeiro, pág. 8. Edição de 19.10.1962.

²⁶ *Liga*. Rio de Janeiro, pág. 4. Edição de 30.10.1969.

* Dentre eles estavam o poeta Ferreira Gullar e o politólogo Wanderley Guilherme.

6 - A ARRANCADA DO SINDICALISMO RURAL

O ano de 1963 foi o ano da arrancada do sindicalismo rural brasileiro. A partir do Primeiro Congresso Nacional dos Camponeses, realizado em novembro de 1961, o governo teve dois anos para superar os marcos institucionais que obstaculizavam o sindicalismo rural. Um ano depois do referido Congresso, as Ligas Camponesas haviam se expandido por 13 dos 22 estados brasileiros. Por sua vez, a ULTAB, atuando em todos os estados da Federação brasileira, haviam formado centenas de UNIÕES DE TRABALHADORES AGRÍCOLAS de caráter municipal, que reuniam-se em federações estaduais. Seu jornal, com 13 anos de existência, havia aumentado sua circulação nacional em 20 mil exemplares. As Ligas Camponesas, a esta altura, também tinham um semanário, *A Liga*, editado no Rio de Janeiro (para facilitar sua circulação nacional), tendo sido fundado em 9.10.1962.

Os quinze meses que haviam seguido àquele Congresso foram prodigiosos em iniciativas dos setores organizados no campo, tais como a Grande Marcha dos Camponeses em Brasília (Ligas de Formosa e Tabatinga); levante armado dos camponeses de Jales, São Paulo (ULTAB); a guerrilha Camponesa do Prado, Bahia (ULTAB); invasão do Campo de Treinamento Guerrilheiro das Ligas, Leopoldina (Goiás), por fuzileiros navais e paraquedistas do Exército; choque armado entre os camponeses do município de Pato Branco com a polícia do estado do Paraná (ULTAB); revolta de camponeses armados de Tocantinópolis, Goiás (ULTAB); levante camponês-estudantil em Jussara e Iporá, estado de Goiás (Ligas); choques armados entre policiais e camponeses na região de Sapé, estado da Paraíba (Ligas e ULTAB), em Buíque, estado de Pernambuco (Ligas), em Mutum e Jaciara, estado de Mato Grosso (ULTAB).

Além disso, processaram-se outros fatos que exerceram influência na atitude do governo, face ao sindicalismo rural: a Conferência da OEA, em Montevidéu, Uruguai, que assinalou a necessidade de mudanças profundas nas estruturas agrárias latino-americanas, as eleições para governadores e para renovar o Parlamento Nacional, nos quais os defensores do reformismo agrário conseguiram grandes resultados; a convocatória das Ligas para que se realizasse no Brasil o Congresso Continental de Solidariedade a Cuba.

Aquelas iniciativas das organizações rurais partiam sem menor previsão nem controle do governo. No entanto, o governo sentia a necessidade de estender também ao campo a tutela que exercia sobre o movimento dos trabalhadores urbanos. Assim, a arrojada impetuosa do sindicalismo rural era questão de mais ou menos dias. Com esse propósito, derrotado o regime parlamentarista no *Referendum* de 4 de janeiro de 1963, o Partido Trabalhista Brasileiro, em frente unida com o Partido Comunista, tentou exercer grande pressão sobre o governo. No entanto, independentemente dessa pressão, o Ministério do Trabalho criou o instrumento da sindicalização rural.²⁷ Assim começou a grande motivação para fundar Sindicatos de Trabalhadores Rurais (assalariados agrícolas) e de trabalhadores autônomos do campo (camponeses).

A ULTAB, como grande organização estruturada em todos os estados, organizava facilmente sindicatos de assalariados agrícolas ao mesmo tempo em que transformava as centenas de Uniões de Trabalhadores Agrícolas em Sindicatos de Trabalhadores Autônomos. O clero, que passou a se interessar pelo problema camponês, dividiu-se entre cristãos de esquerda e cristãos de direita, para trabalhar na organização rural. Os sacerdotes direitistas Melo e Crespo encabeçaram a sindicalização rural numa área que antes era de exclusiva penetração das Ligas (Pernambuco). O padre Lages, do Movimento Político "Ação Popular" (AP) (esquerda católica), impulsionou a sindicalização rural em vários estados. O bispo Eugênio Sales (centrista) encabeçou a sindicalização rural no Rio Grande do Norte e em outros estados do Nordeste.

Os trabalhos de sindicalização tomavam proporções extraordinárias, sobretudo nos períodos em que assumem o Ministério do Trabalho, no governo Goulart, os ministros Almino Affonso e Amaury Silva, políticos de clara posição a favor da Reforma Agrária.

²⁷ Em junho, porém, algumas matérias do *Estatuto do Trabalhador Rural* (Lei 4.214, de 2.3.1963) ainda não estavam regulamentadas. Entre elas, o procedimento de formação do sindicato, que deveria emanar de um Decreto Presidencial. Com temor de possíveis obstáculos, o ministro do Trabalho Almino Affonso decidiu fazê-lo através de mera instrução ministerial (Portaria nº 364, de 17.6.1963) que, por sua vez, renovou o texto do referido Estatuto. Estabeleceu-se, pois, que o sindicato, enquanto tramitava seu registro, já podia usar as prerrogativas de representação de seus filiados. O ministro do Trabalho Amaury Silva, sucessor de Almino Affonso, constituiu em seguida a Comissão Nacional de Sindicalização Rural, da qual participou, inclusive, a esquerda católica, representada pelo padre Francisco Lages, de Belo Horizonte.

Enquanto ocorria tudo isto, em 1963, o movimento das Ligas Camponesas debatia-se numa longa e profunda luta interna. Além disso, desde janeiro as Ligas encontravam-se isoladas completamente do clima eufórico agrarista que sobreveio à liquidação do Parlamentarismo. De fato, diluída a incipiente direção política das Ligas (parte da qual se encontrava nas prisões efetuadas no ano anterior), seu presidente de honra, Francisco Julião, assumiu uma posição pessoal contra o *Referendum* que aboliu o Parlamentarismo, coisa que afetou as relações políticas da organização com as correntes progressistas e de esquerda que conseguiram capitalizar os resultados da sindicalização rural. Os militantes das Ligas que regressaram ao resto do país a Pernambuco, uma vez dedicados a recuperar as poucas organizações camponesas que haviam resistido aos efeitos negativos da luta interna, não tiveram condições de fundar mais de uma meia dezena de sindicatos rurais em áreas já dominadas pelas demais correntes agraristas. De tal maneira que, quando Dom Eugênio Sales, arcebispo de Natal, e Luiz Maranhão Filho, do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro, convocaram uma reunião com a ULTAB, AP, PTB, etc., num importante conclave para tratar da formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), as Ligas, de antemão, já estavam definitivamente excluídas dessa Central Única institucionalizada dos trabalhadores agrícolas.

A fundação da CONTAG foi o acontecimento mais importante da história do agrarismo brasileiro. A CONTAG nasceu em dezembro de 1963, numericamente grande. Em poucos meses de funcionamento, reunia um milhão de trabalhadores agrícolas, dos quais expressiva maioria formada pelos associados da ULTAB.

As Ligas, apesar de estarem fora do caminho que havia tomado o agrarismo brasileiro no último semestre de 1963, apresentavam suficiente pujança, no entanto, para impor-se como o principal movimento dos camponeses no estado de Pernambuco.

Exceto nos estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Paraná, Acre e Distrito Federal, nos demais estados onde haviam se expandido as Ligas estavam completamente liquidadas. Somente em Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte estava em ascensão o movimento de massas das Ligas que, diga-se de passagem, cada dia mais forte, segundo se pode inferir do papel decisivo que as Ligas desempenharam nos fatos principais que ocorreram no início de 1964, em Pernambuco e na Paraíba; greves gerais no campo (em

Pernambuco); choques armados entre os camponeses de Miriri e polícia da Paraíba; e a invasão do Engenho Serra (Pernambuco).

7. - A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA (OP) E O GOLPE MILITAR DE 1964

A luta interna que se desenvolveu em meados de 1962 nas Ligas girava em torno das disputas da direção das atividades clandestinas do movimento e nelas mesclavam-se várias pessoas que representavam os grupos esquerdistas existentes no país. Uma vez excluídos das Ligas, os representantes de tais grupos acirraram-se na disputa pela direção clandestina das Ligas, dois de seus dirigentes de massas: Julião e o Padre Alípio.²⁸ Isto sucedeu a partir de 1963. Em seguida, foi preso o padre Alípio e, durante os quatro meses no cárcere, ressurgiu o domínio do Conselho Nacional das Ligas, composto de advogados, estudantes, médicos e outras pessoas dissociadas das massas camponesas. Este Conselho passou a dirigir os setores legais e clandestinos da organização camponesa e, para suprir sua carência de base social, buscou formar uma frente única com Brizola e seu famoso Grupo dos Onze²⁹. Brizola, no entanto, rechaçou habilmente essa pretensão das Ligas.

A libertação do padre Alípio propiciou o retorno da hegemonia operário-camponesa na alta direção das Ligas. Interpretando os interesses destes setores, o padre conseguiu que o Conselho Nacional (composto de personalidades) aprovasse a criação de uma estrutura de tipo leninista (chamada Organização Política), para dirigir todos os setores das Ligas. Em 3 de outubro de 1963 organizaram-se, formalmente, na Conferência do Recife, as **Ligas Camponesas do Brasil**, compostas de duas seções: a Organização Política (O.P.) e a

²⁸ Padre Alípio, sacerdote exilado português, naturalizado brasileiro, que tornou-se líder rural no estado do Maranhão, dando cobertura política às "uniões" e **Ligas Camponesas** organizadas pela ULTAB naquele estado. Em 1962, desligou-se da ULTAB e passou a militar nas **Ligas Camponesas**. O carisma que a batina e seus valentes discursos lhe conferiam ameaçavam a liderança de Julião na Seção de Massas das **Ligas Camponesas**, recrudescendo, ainda mais, a luta interna nos órgãos diretivos.

²⁹ O **Grupo dos Onze** era o nome da pequena organização de simpatizantes e eleitores do deputado (ex-governador do Rio Grande do Sul) Leonel Brizola, que integrava o Movimento de Mobilização Popular. Seus fundadores tentaram imitar o **Grupo de Combate**, que é a menor unidade, o esquadrão de 11 homens do Exército Brasileiro. Não possuía mais que estrutura local e, ainda assim, informal e meramente simbólica. Não possuía armas, nem comandos, nem programa, nem estrutura orgânica nacional.

Organização de Massas (O.M.). Esta seção, a O.M., tinha estatutos liberais e era ampla, populista, aberta a todos os que desejavam a Reforma Agrária Radical. Por outro lado, a O.P. compunha-se de rígidos estatutos, destinados a dirigir, em forma unitária e disciplinada, as atividades das **Ligas Camponesas do Brasil**, coordenando o trabalho de massas com o trabalho clandestino.

Com a saída do padre Alípio das Ligas, a nova estrutura ficou esquecida no papel.

Entretanto, o movimento dos camponeses que, no término do ano de 1963, estava concentrado em Pernambuco e Paraíba tentou por sua conta, reconstruir no Nordeste um Setor Armado clandestino com base nas milícias camponesas. Estas estavam constituídas por grupos de camponeses em cada fazenda, em cada Liga, em cada Sindicato Rural. Eram denominadas pelo pitoresco nome de "Pés-de-Cobra", ou seja, que ninguém podia vê-los nem conhecê-los.

Finalmente, em janeiro de 1964, o Conselho Nacional aceitou a necessidade de estruturar uma Organização Política de tipo leninista dentro da Organização de Massas das Ligas.

Eleita a Comissão Construtora, esta funda uma Escola de Quadros e põe em marcha, dia e noite, para os melhores militantes cursos de capacitação política. As matérias ali ministradas eram, entre outras: História da Luta de Classes, Noções de Economia Política, A Revolução Brasileira, A Organização de Tipo Leninista (centralismo democrático), Agitação e Propaganda e a Prática de Funcionamento das Organizações de Tipo Leninista.

Os alunos aprovados em tais cursos eram imediatamente incorporados à Organização Política, com a finalidade de coordenar clandestinamente o trabalho da seção com a Organização de

* A O.P. aparece como uma necessidade imperiosa para os comunistas que dirigiam as Ligas. De fato, excluídos do PC, sentiam a falta de vida política organizada, com disciplina e unidade. Desinteressados em criar um novo partido, limitavam-se a manter-se na clássica organização de tipo leninista em que participavam antes, porém sem denominação partidária. A maioria havia sido expulsa de organismos intermediários e, por isso, seguiam buscando amparo estatutário no Comitê Central do Partido Comunista, cuja palavra final ainda não havia sido emitida.

Massas. Por esses cursos, passou grande quantidade de alunos de Pernambuco e de vários estados.

O treinamento prático dos capacitados nesses cursos foi facilitado pelo clima de ebulição política do Nordeste, na época. Treinavam-se os novos militantes na ação conjunta e organizada da atividade clandestina.

As grandes greves gerais ocorridas em Pernambuco e o assalto ao Engenho Serra, por três mil camponeses armados, inoculava confiança aos novos militantes face à nova forma de ação organizada. Esses e outros episódios foram aproveitados pela Organização Política apenas para treinar e formar os seus novos militantes e, ao mesmo tempo, conferir a eficiência dos métodos de organização e educação política. A Organização Militar seria reconstruída em seguida, porém com uma estrutura política que permitia a unidade e a disciplina.

A O.P. traçou um plano de seis meses de capacitação dos militantes e de construção orgânica na maioria dos estados brasileiros. Em junho de 1964, deveria realizar-se o **Primeiro Congresso das Ligas Camponesas do Brasil**, para aprovar suas teses programáticas, seus novos estatutos e eleger sua direção definitiva, mas o golpe militar de abril interrompeu todo esse processo.

No Nordeste do Brasil, as Ligas foram a organização que mais sofreu prisões e, inclusive, assassinatos, sobretudo no âmbito de sua seção de massas (O.M.). Na outra seção, a Organização Política (O.P.), quase não caíram militantes.

* A Seção Política (OP) das Ligas, apesar de que ainda estivesse engatinhando naquela época, foi a que sustentou a única reação armada que houve no Brasil contra o golpe militar de 1º de abril de 1964. Na noite de 3 de março, 5 mil camponeses das Ligas, com armamentos rústicos (punhais, facões, foices e espingardas), ocuparam a cidade de Vitória de Santo Antão (26 mil habitantes). Nessa oportunidade, comprovaram-se os resultados da capacitação que o núcleo diretivo local havia recebido dos mencionados cursos da O.P. A ocupação da cidade deu-se num nível de organização superior ao que se havia visto dez dias atrás, quando da invasão do Engenho Serra. Essa operação de considerável magnitude foi surpreendente e fulminante. Em poucas horas, a organização camponesa apoderou-se da Prefeitura, do quartel de polícia, da estação de rádio, central telefônica, central telegráfica, estação ferroviária, dos celei-

Decretada a proscrição das Ligas, a O.M. foi quase totalmente dizimada. Ficou somente a Organização Política Clandestina, com uma direção nacional formada por assalariados rurais e camponeses, a mesma que passou a ajudar os presos e perseguidos políticos e desenvolver um novo tipo de ação, infiltrando-se nos sindicatos agrícolas. Atuando desta maneira, no mesmo ano do golpe militar, a O.P. das Ligas participou nas greves das fábricas de açúcar Barra Munibeca e do Engenho Nova Escócia (Pernambuco).

Em agosto de 1965, a Organização Política realizou, no Rio de Janeiro, uma Conferência de Balanço de suas atividades e lançou um documento que analisava o golpe militar e a realidade brasileira, elaborou, além disso, um longo plano de organização clandestina de restabelecimento dos setores armados. Depois da Conferência voltou a circular, clandestinamente, o jornal *A Liga*. Em janeiro de 1966, as Ligas estiveram representadas na Conferência Tricontinental, realizada em Havana (Cuba).

ros da Companhia de Armazéns Gerais de Pernambuco (CAGEP) e dos postos de gasolina. As autoridades e os latifundiários mais hostis fugiram escoltados do município, com medo de que fossem massacrados. Dado a falta de provisões de armas, solicitadas insistentemente e inutilmente ao governo estadual (posteriormente deposto), os camponeses se dispersaram antes do dia 3 de abril, quando o Exército recuperou a cidade.

** Ver no apêndice o documento *As Ligas Camponesas e a Revolução Brasileira*.

B. - DIMENSÕES DAS LIGAS CAMPONESAS

O movimento das Ligas Camponesas penetrou organizado nos seguintes estados brasileiros: Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Bahia, Rio de Janeiro, Guanabara (extinto), Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso, Acre e o próprio Distrito Federal (Brasília).

Nos estados da Bahia, Minas Gerais, Guanabara, São Paulo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso as organizações filiadas às Ligas Camponesas eram débeis e não passavam de duas ou três, com um total de 100 a 500 pessoas. Eram tão pequenas que não justificavam o funcionamento dos Conselhos de Estado (regionais) respectivos.

Nos estados do Acre, Rio de Janeiro e o Distrito Federal funcionavam organizações camponesas com grande número de filiados, em que se houvesse estruturado seus Conselhos Estaduais. Destacavam-se, entre estas, as Ligas do Acre e do Distrito Federal, com mais de três mil filiados cada uma. As mais poderosas Ligas situavam-se no estado da Paraíba: Sapé, com 12 mil associados e Mamanguape, com 10 mil. A terceira grande organização rural das ligas era o Sindicato de Assalariados Agrícolas de Rio Formoso, com 7 mil associados. Logo em seguida, a Liga Camponesa de Vitória da Santo Antão (Pernambuco) e a Liga de Tamarana (Paraná), com 5 mil filiados cada uma. Com 4 mil associados, funcionavam as Ligas dos municípios de Timbaúba e Cabo (Pernambuco). Esta última, ao se transformar em Sindicato, subiu a 5 mil filiados. Em Pernambuco, além disso, existia o Sindicato dos Assalariados Agrícolas de Goiânia, com 4 mil associados, que tomava parte no movimento das Ligas.

Em alguns casos, o movimento das Ligas Camponesas mantinha ações associadas com outros movimentos enquistados em organizações rurais, apesar das contradições existentes entre as Ligas e aqueles movimentos. Nesses casos, operava organicamente um tipo caso de simbiose, visto que nenhum dos movimentos rurais se interessava em romper a unidade de massa dos filiados, buscando, dessa maneira, uma forma de convivência pacífica. Especificamente, pode-se enumerar os casos das Ligas de Sapé e Mamanguape e do poderoso Sindicato dos Assalariados Agrícolas de Palmares (Pernambuco), tanto naquela Liga como neste Sindicato, com 34 mil membros, onde parte dos dirigentes e associados recebiam orienta-

ções das Ligas e outra parte (seguramente maior) obedecia às orientações da ULTAB.

O apogeu das Ligas Camponesas como organização de massas rurais deu-se nos primeiros meses de 1964, época em que conseguiu organizar a **Federação das Ligas Camponesas de Pernambuco**, integrada por 40 organizações camponesas (Ligas), uma Liga de Mulheres, uma Liga de Pescadores, uma Liga Urbana, uma Liga de Desempregados e 4 Sindicatos de Assalariados Agrícolas. Nesta ocasião, o total de filiados em Pernambuco somava em torno de 40 mil. Na Paraíba, Rio Grande do Norte, Acre e Distrito Federal onde no começo de 64 ainda funcionavam as Ligas, o número de filiados chegava aos 30 mil. Pode-se afirmar, pois, que nessa época as Ligas Camponesas congregavam, nacionalmente, entre 70 a 80 mil pessoas.

Trata-se, pois, de uma cifra representativa se se levar em conta as lutas internas e externas que enfrentava a organização no curto período de sua expansão (1960-1964), num país de dimensões continentais e de precários meios de locomoção, sobretudo nas zonas rurais. Além do mais, as condições históricas em que surgiram as **Ligas** e se processou seu crescimento não permitiram, em tempo hábil, criar uma organização com estrutura orgânica unitária, capaz de abarcar os 22 estados onde existiam muitos "grupos de amigos das **Ligas**", simpatizantes desse movimento rural que não puderam ou não souberam se organizar.

8.1 - Os Líderes

As Ligas Camponesas chegaram a criar uma grande quantidade de líderes, nos quais se apoiou seu prestígio político e sua expansão. Se considerarmos líderes aquelas pessoas que tinham prestígio entre os camponeses e que conseguiam dirigir mais de quinhentas pessoas, quer seja no trabalho de organização, no trabalho de proselitismo, ou em atividades de divulgação e de educação. 51 pessoas se destacaram nas Ligas Camponesas, desde sua fundação (1955) até abril de 1964, quando foram proscritas.

Camponeses (semi-assalariados): José dos Prazeres, Zezé da Galiléia, Elizabete, João Pedro Teixeira, Pedro Fazendeiro, João Virgínio, Chapéu de Couro, Raimundo Borborema, Julio Santana

Julio Preto, Bispo, Curió, Sacristão, Zé Eduardo, Miro, Careca e Robinha.

Trabalhador assalariado rural: Cabeleira.

Trabalhadores assalariados urbanos: Horacy, Ozias, Palmeiras, Delza e Aureliano.

Pequenos proprietários: Dequinha, Laurindo e Athos.

Artesãos rurais: Freire, Serafim, Picopeu, Nenem e Mariano.

Artesãos urbanos: Ceguinho, Bronqueira, Alexina, Delza, Zezinho e Dantas.

Estudantes: Joel Câmara, João Alfredo e Porfírio Sampaio.

Professores: Celeste e Floriano.

Bacardote: Alípio.

Advogados: Julião, Clodomir, Djaci, Manoel Silva, Romanelli, Maria Ceales e Ofélia.

Eram, portanto, 27 líderes de origem rural e 24 de origem urbana. Predominava em número o setor rural, com 52,9% do total de líderes. Se analisarmos os líderes em função da idade, veremos que os líderes de origem rural eram mais velhos que os de origem urbana, o que demonstra a maior maturidade das pessoas de origem rural que militavam nas **Ligas**.

Segundo a idade, os líderes de origem rural e de origem urbana estavam assim distribuídos:

De 20 a 25 anos de idade: 2 de procedência rural; 8 de procedência urbana
De 26 a 35 anos de idade: 9 de procedência rural; 10 de procedência urbana
De 36 a 45 anos de idade: 8 de procedência rural; 5 de procedência urbana
De 46 a 55 anos de idade: 6 de procedência rural; 1 de procedência urbana

De 56 anos de idade a mais; 2 de procedência rural; 0 de procedência urbana.

8.2 - Um Movimento Rural de pernambucanos

Analisando os dados sobre os lugares de nascimento dos principais líderes das Ligas Camponesas, chega-se à conclusão de que este, mais que um movimento agrarista do Nordeste, foi um movimento essencialmente de pernambucanos, apesar de haver sido desenvolvido em mais de 10 estados.

Do total de 51 líderes, 96% eram de origem nordestina e essa mesma proporção conservava os nordestinos provenientes dos setores rurais; 68,5% dos que atuavam nas Ligas eram pernambucanos e isso saltava para 72%, se levarmos em consideração somente os líderes das Ligas que atuavam no Nordeste.

Com efeito, a participação nordestina de líderes de origem rural corresponde a 96%. Entre os líderes de origem rural considerados nordestina, 88,4% eram pernambucanos. Enquanto isso, a participação pernambucana de líderes de origem rural no movimento nacional das Ligas foi de 85,2%.

Se tomarmos em conta o total de líderes nordestinos, tanto de origem rural como urbana, o peso dos pernambucanos representa 72,9% e 68,5% dos que eram considerados líderes dentro das Ligas Camponesas.

Outro aspecto que se observa na liderança das Ligas é que 52,9% dos 51 líderes eram de origem rural. Desses mesmos 51 líderes, 37,4% eram nitidamente camponeses (semi-assalariados).

8.3 - Universo Cultural e Experiência da Liderança

A maior parte dos 51 líderes mencionados era composta por gente alfabetizada. Alguns deles tinham curso secundário completo e outros tinham cursos universitários. Somente os líderes de origem rural não possuíam cursos elementares nem cursos secundários

completos. Os 4 únicos líderes que não sabiam ler nem escrever eram camponeses, que representavam 21% entre os líderes camponeses.

Apesar da maior parte dos líderes serem originários de Pernambuco, não se pode afirmar que a visão que tinham do problema agrário se restringisse apenas ao universo rural do seu estado, visto que 29,4% estiveram atuando em outros estados. Dos líderes de origem rural, 39% atuou fora de Pernambuco.

Além do mais, grande parte dos líderes das Ligas não só conheciam os problemas agrários do Nordeste ou de outras regiões do país, como também buscavam inteirar-se das questões agrárias de outros países. Assim, 37,2% dos líderes viajaram para o Exterior. Dos líderes de origem rural, 37% conheciam o exterior e, entre os nitidamente camponeses, esse índice alcançou 31,5%.

Entre o ressurgimento (1955) e sua proscricção em 1964, as Ligas funcionaram legalmente 9 anos completos, porém apenas 3,9% daqueles líderes atuaram todo esse período na organização. Os 51 líderes tiveram uma média de 4 anos de atuação nas Ligas. Apesar das perseguições e hostilidades que sofreram as Ligas Camponesas e seus dirigentes, apenas 42% dos seus líderes estiveram presos por motivos políticos, em geral por períodos curtos, pois somente 3,9% dos 51 líderes estiveram mais de um ano nos cárceres. Apenas 2% extrapolou o tempo de 2 anos em prisões políticas.

Do total de líderes das Ligas, apenas 19,6% disputaram cargos eletivos de deputado, de prefeito, ou de vereador, antes ou durante a militância na organização. Destas pessoas, duas eram líderes de origem rural e oito de origem urbana.

Quanto à participação das mulheres na liderança das Ligas, observa-se que elas representavam 13,8% do total de líderes. Entre os líderes de origem urbana, as mulheres correspondiam a 25%. Entre os líderes oriundos do setor rural, as mulheres correspondiam, apenas, a 3%, e entre os líderes notoriamente camponeses representavam 5%.

¹ No entanto, 11 dos 51 líderes haviam atuado nas Ligas Camponesas que se organizaram no período de 1945-1947.

9. - CONCLUSÕES

1. - As Ligas Camponesas, a partir de seu ressurgimento em 1955, deixaram de ser organizações para tornarem-se um movimento agrarista que contagiou grandes massas rurais e urbanas, com ampla repercussão nacional e internacionalmente. Não se pode negar o importante papel que desempenhou entre 1955 e 1964, na criação de uma consciência nacional em favor da Reforma Agrária. Foi, também, o movimento precursor, no Brasil, da insurreição armada camponesa, baseada nos postulados da preparação guerrilheira.

2. - As principais diferenças entre as Ligas e a ULTAB residiam, notoriamente, nos seguintes aspectos: as Ligas foram, principalmente, um movimento rural um tanto amorfo e sem estrutura nacional sólida. Seus milhares de filiados não se aglutinavam em torno de uma estrutura orgânica previamente estabelecida, mas sim em torno de uns tantos líderes tradicionais ou carismáticos, a maioria dos quais com tendências para o caudilhismo, ao caciquismo, portanto hostis aos mais elementares conceitos de organização que um movimento de tal magnitude exigia.

A ULTAB, ao contrário, era, sobretudo, uma organização que não buscava ser um movimento ruralista; seu principal objetivo era criar os elementos indispensáveis para formar a aliança operário-camponesa que o PC projetava para realizar a propalada "Revolução Democrático-Burguesa" (anti-feudal e anti-imperialista). Salvo algumas exceções (José Porfírio, no Estado de Goiás; Chicão, em Minas Gerais; e Jofre Correia, em São Paulo), seus líderes não surgiram espontaneamente dos grupos camponeses, mas eram impostos pela própria ULTAB ou pelos organismos locais do Partido, para mobilizar os camponeses que, por fim, uma vez politizados, lhes atribuíam a liderança.

3. - Nem as Ligas nem a ULTAB tinham um programa agrário definido em suas nuances e padeciam pela falta de idéias claras sobre a Reforma Agrária que reivindicavam para o Brasil. Em particular, as organizações não eram as mais culpadas, pois, na verdade, até 1964, a realidade rural era pouco conhecida. Os poucos livros que tratavam da questão agrária a nível nacional, como "População e Propriedade da Terra no Brasil", de Diêgues Júnior; "Arrendamento e Parceria no Brasil", de Clóvis Caldeira, eram de reduzidíssima difusão. Os trabalhos "Problemas Agrário-Camponeses do Brasil", de

Moisés Vinhas, "Posse e Uso da Terra e Desenvolvimento Sócio-econômico do Setor Agrícola", do Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola (CIDA) e "A Revolução Brasileira" de Caio Prado Júnior, que buscavam apresentar uma visão geral do campo brasileiro, são publicações posteriores à proscrição das Ligas e da ULTAB. Assim, enquanto a ULTAB buscava conhecimentos da questão agrária brasileira nos artigos de Fragmon Borges, difundidos na publicação esquerdista "Estudos Sociais", e nos artigos de Caio Prado difundidos pela "Revista Brasileira", as Ligas possuíam apenas um único manual, que era o livro "Que São as Ligas Camponesas?", preparado por Clodomir Moraes e Francisco Julião, publicado pela Civilização Brasileira. Assim, para as duas organizações de trabalhadores rurais do Brasil, Ligas e ULTAB, a Reforma Agrária não passava de uma palavra de ordem e um ponto de referência para a mobilização das massas rurais e urbanas. O modelo - supunha-se - haveria de emergir dos próprios camponeses, depois de destruída a estrutura de poder dos latifundiários com a Revolução Popular.³⁰

Como a Reforma Agrária, a chamada "Revolução Popular" era um conceito pouco definido pelas Ligas e pela ULTAB, pois dentro de cada uma dessas organizações existiam duas correntes de pensamento distintas quanto à sua concepção. Na ULTAB, seus dirigentes Lindolfo Silva, Nestor Veras, Eros Trench e muitos outros adotavam a tese 32 do Programa do Partido Comunista. Esta tese argumentava que, no Brasil, existiam duas contradições fundamentais: a contradição entre as massas rurais e os restos feudais e a contradição entre a Nação e o imperialismo norte-americano. A última dessas duas contradições era a considerada principal e a que deveria subordinar todas as demais. Assim, para combater o imperialismo, a classe operária devia tentar fazer frente única com a burguesia nacional, a intelectualidade progressista e com "alguns latifundiários honestos". Para eles, a Revolução (Popular) Brasileira seria, principalmente, anti-imperialista e, secundariamente, anti-feudal. Os líderes camponeses da ULTAB (Jofre Correia, Zé Porfírio e outros mais), no entanto, admitiam somente uma contradição na realidade brasileira: a contradição entre a Nação (com suas massas rurais) e o imperialismo, com seus tentáculos internos, os latifundiários. Por tal motivo, eles não admitiam uma revolução apoiada por latifundiários como classe e achavam que a base da Revolução Brasileira residia na aliança operário-camponesa, em frente única com a burguesia nacional. Não obstante, os dois se mudos submetiam-se ao ponto de vista de seus dirigentes. Joaquim Alves, diretor do jornal *Terra Livre*, e outros funcionários que se rebelaram contra aquela tese, foram expulsos da ULTAB, do Partido e do jornal, em 1962.

O jornal das Ligas, por sua vez, defendia duas concepções ainda mais opostas. Os dirigentes da Seção Política (OP) - em sua maioria ex-militantes do Partido Comunista - concebiam a Revolução Popular com base na aliança operário-camponesa, sem a participação da burguesia nacional. Entretanto, alguns dirigentes da Seção de Massas (SM), adotavam a tese de Julião, de que a Revolução Popular Brasileira seria de caráter socialista e sua vanguarda a classe camponesa.

No entanto, a partir do momento em que a ULTAB conseguiu criar e dirigir a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e institucionalizá-la *de facto* e *de juri*, passa a apoiar as incipientes e tímidas medidas de reforma agrária do governo federal. Essas medidas baseavam-se na expropriação (mediante pagamento em dinheiro) e distribuição de terras em zonas de conflito. Isto, em última instância, implicava na extinção das zonas de atrito que, durante anos, haviam alimentado e motivado a agitação rural em favor de uma Reforma Agrária. Desta maneira, acoplada ao governo central, a reforma agrária predicada pela ULTAB passou a ter como objetivos imediatos a utilização de alguns serviços públicos, em favor dos núcleos de trabalhadores agrícolas de sua simpatia.

4. - Para o processo de expansão, as Ligas e a ULTAB buscaram utilizar ferramentas ou mecanismos sociais diametralmente distintos. Ambos criavam "organizações de luta"³¹. Por isso, para expandir-se buscando consolidar as organizações de luta, a ULTAB acoplava a estas algumas "organizações de estabilização social". Com as Ligas ocorria exatamente o contrário, pois seus dirigentes temiam que as "organizações de estabilização social" reduzissem o radicalismo e o ímpeto revolucionário inicial dos camponeses envolvidos nas "organizações de luta". Viam, também, nas organizações de estabilização social, um instrumento de consolidação da "organização de luta", mas poucas vezes a usaram, com a finalidade de não estimular o natural individualismo camponês, que em geral, conduz à "acomodação" e ao "pacifismo". Assim, as Ligas buscaram sua expansão apenas com as "organizações de luta", ou simplesmente transformando-as em organizações de caráter insurrecional, ainda que sem estrutura orgânica, porém proporcionando aos núcleos camponeses a chance de se defenderem da polícia e dos latifundiários, ao mesmo tempo em que entusiasmava os núcleos mais débeis. Um exemplo elucidante destas duas táticas de expansão

³¹ As organizações de trabalhadores classificam-se, segundo o seu caráter, em: Organizações de Luta e Organizações de Estabilização Social. Elas são instrumento de defesa de interesses de grupos sociais, bem como de conquista de benefícios e direitos, reconhecidos ou não, pela lei: sindicatos, "União", "Ligas Camponesas", etc., que buscam promover mudanças estruturais. As Organizações de Estabilização Social são apenas instrumentos de uso de benefícios e direitos já admitidos nos marcos institucionais predominantes. São as cooperativas, clubes de lazer, escola, serviços públicos e outros, que buscam atender os interesses mais imediatos do grupo social. Estas são usadas por classes antagônicas, para consolidar suas respectivas conquistas.

encontra-se numa entrevista de um camponês, publicada no "Informe CIDA":³²

"Nosso líder é Assis Lemos (ULTAB), que rompeu com Julião (Ligas). Este fala somente em violência, em "Reforma Agrária, na lei ou na marra", mas na hora que a coisa aperta ele deixa os camponeses no fogo. É um demagogo, rodeado de aproveitadores oportunistas. Vive somente falando dos países socialistas que visitou. Entretanto, Assis Lemos não sai daqui. É um agrônomo professor de Economia Rural da Escola de Agronomia de Areia, que aconselha calma, e que luta para melhorar as condições de vida dos camponeses. Apesar do seu pacifismo, foi agredido violentamente pelos latifundiários e seus bandidos, que arreventaram seus intestinos e testículos... Com sua maneira de atuar, ele conseguiu muita coisa para Sapé: um Posto do Serviço de Assistência Médica domiciliar urgente, um Plano de Emergência, tratores, sucursal do Banco do Brasil e um posto do Serviço de Alimentação e Previdência Social. Nos comícios de outubro do ano passado, ele obteve em Sapé 1.001 votos e foi eleito Deputado Estadual. Elizabeth Teixeira, que recebeu o apoio de Julião, obteve, apenas, 75 votos e não foi eleita".

5. - As Ligas, como todo movimento de opinião pública ajustada à realidade histórica, tiveram um crescimento vertiginoso e "não encontrou paralelo na história dos movimentos sociais no Brasil".³³ No entanto, faltou-lhe uma estrutura orgânica compatível com a natureza e a magnitude do movimento. Ainda por cima, em sua composição social predominavam os indivíduos integrantes em formas de produção artesanais de trabalho (camponeses, artesãos rurais e urbanos, estudantes, advogados, pescadores, donas-de-casa), quer seja nas Ligas Rurais ou nas Ligas Urbanas. Era insignificante o número de assalariados de grande empresa capitalista rural ou urbana que, em geral, concebem facilmente as estruturas orgânicas complexas, capazes de abarcar a todo o país, uma vez que dominam o processo produtivo socialmente dividido da grande unidade de exploração industrial, agrícola ou de serviços. Estes só começaram a ser mobilizados pelas Ligas apenas um ano antes de sua proscricção, quando do impulso tomado pelo sindicalismo rural. Somente a partir

³² INFORME CIDA. "Posse e Uso da Terra e Desenvolvimento Sócio-Econômico do Setor Agrícola". Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola. União Pan-americana. Washington, 1966. Págs. 339 e 340.

³³ FURTADO, Celso. "Dialéctica del Desarrollo". Fondo de Cultura Económica. México. 1965. Pág. 134.

deste fato é que surgiram as condições ideológicas que permitiram criar a estrutura orgânica das Ligas, a Organização Política (O.P.) inserida clandestinamente na Organização de Massas (O.M.).³⁴ Isso determinaria a transformação de um Movimento de Massas em um Movimento Político com unidade ideológica, organização e disciplina partidárias. No entanto o golpe militar de primeiro de abril impediu que esta transformação das Ligas se desenvolvesse no ritmo previsto, posto que, com a supressão dos organismos de massas das Ligas, a O.P. seguiu tropeçando em grandes obstáculos, que lhe impediam sobreviver e desenvolver.

6. - Sem uma estrutura orgânica e, ainda por cima, sem uma idéia correta em matéria organizativa a nível nacional, a tentativa de transformar as Ligas de um movimento regional nordestino (ou melhor, pernambucano) num movimento amplo, conduziria, inevitavelmente, à inconsistência e à superficialidade, que o tornaria vulnerabilíssimo às lutas internas e externas. Além do mais o fato de tentar transformar as Ligas num movimento insurrecional antes de haver criado uma estrutura orgânica adequada historicamente ao nível dos adversários, denunciava a propensão dos dirigentes das Ligas para os métodos artesanais em matéria de organização e para o aventureirismo.

³⁴ Veja, no apêndice, os "Estatutos da Organização Política e o modelo dos Estatutos de uma Organização de Massas" publicados pelo jornal *Liga*, de 11 de março de 1964. Pág. 2.

APÊNDICE

Carta de José dos Prazeres

Engenho do Meio - Recife, 09.11.1966.

Meu prezado Clodomir, muitas felicidades

Atendendo o seu pedido, aqui vai a informação.

Aquele capixaba que você quer saber o nome, tenho a dizer-lhe que ele não é o fundador (das Ligas).

A história é esta: quando fui administrar o Engenho "Bela Vista", em 1952, travei conhecimento com José Hortêncio, José Francisco e outros. Em 1954 José Hortêncio foi pagar o arrendamento, que era de 7.200 cruzeiros, mas levou faltando 2 mil, e o velho senhor do engenho o botou para fora. Ele (Hortêncio), me contando, eu disse: se vocês quiserem, e confiam em mim, eu dou um jeito nisso. Ele me perguntou: - "e como?". - Vamos fundar uma Sociedade, quando todos forem sócios, cada um empresta 1.500 cruzeiros à Sociedade, nós compramos o Engenho, vocês não pagarão mais arrendamento. Cada um fica dono de seu sítio, assim o dono não bota mais ninguém para fora, não destelha a casa, e vocês ficam donos dos seus sítios e pronto!

E ele (Hortêncio) ainda perguntou: "E como arranjar os 1.500 cruzeiros"? Eu respondi: Se houver compreensão e confiança, é fácil. Vende-se o cavalo, a vaca, a jóia da mulher e os 1.500 cruzeiros se arranjam. Isso foi em 1954, em maio. Em dezembro, eu já estava em Tamatimir, e uma tarde chegou José Hortêncio, que disse: "Senhor Prazeres, o povo quer a sociedade, eu vim acertar com o senhor". Eu, então, disse: você vai arrumar dinheiro para comprar os primeiros livros (de atas e contabilidade) e João Virgínio arruma uma casa onde nós possamos reunir. No outro dia à noite, chegaram os mesmos, acompanhados por mais oito. José Hortêncio trouxe 200 cruzeiros. João Virgínio já havia arrumado a casa do Zezé, antigo administrador do Engenho Galiléia, que estava triste, pelo fato do sr. Oscar Beltrão, que não sabia compensar 32 anos em que foi seu empregado.

Isso foi motivo de satisfação para dona Marieta, a esposa de Zezé; no dia 31 de dezembro, eu vim para casa passar os anos com a família, e quando amanheceu o dia 1º, chegou Amaro, meu irmão Paulo Travassos, o tal capixaba, Oswaldo Campelo, e a conversa pendeu para a Sociedade. Perguntaram: "Prazeres, como vai a Sociedade?" Eu disse: vai bem, o que falta é a Diretoria, que vou fazer agora mesmo. Ai eu disse: você, Paulo, é o Presidente; Josina, minha mulher, a Tesoureira; Amaro e Oswaldo ficavam como fiscais. Eu, nada quis, fiquei apenas orientando e ordenei, autoritário: domingo, todos vão à Galiléia. Assim foi, no domingo todos foram. Lá chegando, houve uma boa reunião, e foi tirada a Diretoria Provisória, que ficou sendo: Paulo Travassos, Presidente; Vice, Zezé; 2º Secretário, Severino, filho de Zezé; Tesoureiro, Romildo, genro do Zezé; 1º Secretário, Oswaldo do Vale, meu vizinho; Fiscais, Oswaldo Campelo, Amaro e João Virgínio. E a Sociedade começou andando. O Paulo trabalhou muito, porém, quando as autoridades tomaram medidas dramáticas - que foi quando procurei você, ele havia vendido a Sociedade, por isso foi eliminado, ficando na presidência Zezé, que era o Vice. Quero chamar sua atenção para dizer-lhe que eu era um Ministro sem pasta, não tinha cargo e fazia tudo: eu era Presidente, Secretário, Tesoureiro, Fiscal, tudo enfim, todos me ouviam, mas tenho a dizer que a Diretoria aí está e seus fundadores são: Presidente - Paulo (depois Zezé); 1º Secretário: Oswaldo Lisboa; 2º Secretário: Severino de Souza; 1º Tesoureiro: Romildo José; 2º Tesoureiro: José Hortêncio; Fiscais: Amaro Aquino, Oswaldo Campelo e João Virgínio.

Eu, nada, fiquei apenas orientando. Quando saiu o registro, me puseram como Diretor-Social. Fui o Presidente, depois daquele formidável Congresso, que não me sai da memória, e penso que também da sua. Tenho a dizer-lhe que, depois de Presidente, fundei 34 núcleos, como você deve lembrar. Agora, quero dizer-lhe que não presto mais, depois da minha prisão (do golpe militar de abril), fui

* a) Prazeres buscou ao deputado Clodomir Moraes para que organizasse o apoio de personalidades urbanas, parlamentares, advogados, etc., para defender a organização recém-fundada.

* b) O "Primeiro Congresso de Camponeses de Pernambuco", realizado em 3 de setembro de 1955, no Estádio do "Club Náutico Capibaribe". O patrocinador deste congresso foi o Professor Josué de Castro, então Diretor do Conselho Geral da FAO. Nesse congresso, participaram 3 mil camponeses que, pela primeira vez, desfilaram com cartazes e instrumentos de trabalho, pelas ruas de Recife.

afetado por um derrame cerebral, perdi a fala, não posso mais escrever, como vê a letra, peço-lhe desculpas.

Aqui fico às suas ordens, não mando melhores detalhes porque o livro das Atas e os recortes de jornais estão na Secretaria de Segurança, aquele jornal que tem o meu retrato, quando naquela entrevista no *Diário de Pernambuco*, lembra?

Agora, vai do velho amigo o "abraço da Ponte".

Disponha de seu amigo,

Prazeres.

* "Abraço da ponte" é uma lembrança do último encontro que Prazeres teve com Clodomir Moraes, em 27 de março de 1964, na Ponte "Buarque Macedo", em Recife.

Presidente Luiz Freixo José
1º Tenente Roberto Cordeiro
2º Tenente Luís de Souza
3º Tenente Manoel José
4º Tenente José Francisco
Membros Honorários
Capelo
José Francisco, das Velhas Freguesas Agrícolas
Dionísio Paiva e Augusto dos Reis
Dionísio Paiva e Augusto dos Reis
Dionísio Paiva e Augusto dos Reis

... para o melhoramento da agricultura e da pecuária, e para a melhoria das condições de vida da população rural. ...

Agua Va do Vale / Frump e Aires
Deputado Federal

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DAS LIGAS CAMPONESAS DO BRASIL

O estudo da organização política para a qualidade - A organização limitada - A organização para a qualidade política - A organização para a qualidade política em organização

Um modelo de estatuto de uma organização de massas

A LIGA ESTADUAL DO BRASIL

... a organização política para a qualidade política em organização

Organização Política das Ligas Camponesas do Brasil

Ligas Camponesas

Introdução

O Salto da quantidade para a qualidade.
Uma organização leninista.

A Seção de Massas e a Seção Política. A Nova Fase. Não há Revolução sem Organização.

I - As Ligas Camponesas do Brasil (LCB) são associações cívicas registradas, que reúnem as pessoas que lutam pela Reforma Agrária Radical em nosso país, como medida imediata para libertar da fome e da miséria a dezenas de milhões de brasileiros, submetidos a relações de produção semi-feudais e à exploração dos latifundiários e dos imperialistas.

II - Em virtude do grande apoio que a Reforma Agrária Radical encontra nas cidades, principalmente entre os operários, estudantes, profissionais liberais e a classe média em geral, estão sendo criadas também as Ligas Urbanas, que têm por objetivo libertar os camponeses e o nosso povo do feudalismo e do imperialismo e lutar, basicamente, pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores da cidade e pela adoção da Reforma Agrária Radical.

III - As LCB, por conseguinte, são formadas das Ligas Camponesas e das Ligas Urbanas, fundamentalmente. Em alguns lugares, também foram organizadas as Ligas Femininas e as Ligas de Pescadores, com os mesmos objetivos das Ligas Camponesas e, mais ainda, com o particular propósito de lutar por reivindicações específicas.

IV - As Ligas têm bases sociais, principalmente, no campo, onde o movimento reivindicatório já data de alguns anos.

V - As Ligas Urbanas, Ligas Femininas e Ligas de Pescadores são de surgimento mais recente, obedecendo, como as Ligas Camponesas, a orientações políticas radicais do deputado socialista Francisco Julião.

VI - A principal bandeira de luta das Ligas Camponesas do Brasil é a Reforma Agrária Radical, com base no princípio de que *"A Terra deve pertencer a quem nela trabalha"*.

VII - A principal palavra de ordem das Ligas Urbanas é a luta pela Reforma Urbana Radical, com base no princípio de que *"A Casa deve pertencer a quem nela habita"*, excetuando-se somente os imóveis pertencentes aos arrimos de família e às viúvas pobres.

VIII - As Ligas Femininas lutam em favor da absoluta igualdade de direitos da mulher em relação aos homens.

IX - As Ligas Camponesas, as Ligas Urbanas, as Ligas Femininas e as Ligas de Pescadores, são mais conhecidas dentro do país pelo nome de Ligas Camponesas do Brasil e são dirigidas pelo deputado socialista Francisco Julião.

X - As Ligas Camponesas do Brasil têm posição firmada na luta contra o feudalismo e o imperialismo, os quais, simultaneamente, exploram a grande maioria do nosso povo e subjagam a nação.

XI - As Ligas funcionam em duas seções, denominadas Organização de Massas e Organização Política.

XII - A Organização de Massas das Ligas Camponesas do Brasil reúne camponeses (Ligas Camponesas), moradores das cidades (Ligas Urbanas), mulheres (Ligas Femininas), pescadores (Ligas dos Pescadores), Liga dos Garimpeiros, Liga dos Sargentos, etc., e os sindicatos que obedecem à orientação da Liga.

XIII - À Organização de Massas das Ligas podem pertencer todas as pessoas que admitem a necessidade da Reforma Agrária Radical, com base no princípio de que *"A Terra deve pertencer a quem nela trabalha"*.

XIV - Não pode ser sócio da Liga Urbana ou da Liga Feminina, ou de qualquer outra organização de massas das Ligas, a pessoa que não admite o princípio da Reforma Agrária Radical, ainda

* Publicado na página 7 do jornal *Liga*, de 11 de março de 1964.

que aceite a luta pelas reivindicações específicas de sua respectiva liga.

XV - A Organização Política das Ligas Camponesas do Brasil reúne somente a determinados membros da Organização de Massas. São os que mais se destacam no trabalho e reúnem qualidades políticas, ideológicas, morais, que justifiquem sua condição de militante da Organização Política.

XVI - Enquanto à Organização de Massas da Liga é franco o ingresso para os que aceitam o princípio da Reforma Agrária Radical, na Organização Política, no entanto, o ingresso depende de convocação.

XVII - Para ingressar na Organização Política das Ligas Camponesas do Brasil, o convocado deverá haver demonstrado, na prática:

- a) Dedicção e amor à causa camponesa, à nação e ao povo;
- b) Capacidade de trabalho na Organização de Massas;
- c) Aceitar a rigorosa disciplina da Organização de Massas;
- d) Condições morais apropriadas para um militante;
- e) Nível político e ideológico do proletariado.

XVIII - A Organização de Massas das Ligas está regida por vários estatutos, adequados ao caráter de cada uma das Ligas, e adaptados às peculiaridades locais e às circunstâncias de seu funcionamento.

XIX - A Organização Política está regida por um estatuto único, cuja aceitação é imprescindível para a admissão do militante.

A Centralização Democrática

XX - Na Organização Política das Ligas Camponesas do Brasil, a Centralização Democrática é a base de sua unidade e se fundamenta nos seguintes pontos:

1 - O desenvolvimento do trabalho em todas as etapas da organização política, deve-se respeitar e estimular democraticamente, ou seja, favorecer a aptidão e a iniciativa de seus militantes, desde a base até a direção superior.

2 - Os organismos são eleitos democraticamente e exercem trabalho coletivo, sem excluir a responsabilidade individual.

3 - As decisões devem ser coletivas, obrigando-se a minoria a aceitar e aplicar as decisões da maioria.

4 - As decisões dos organismos superiores são obrigatórias para os organismos inferiores.

5 - Não se tolera a atividade divisionista ou qualquer ação que rompa ou ameace a unidade, a disciplina, linha política e os princípios da organização política.

Organização Política das Ligas Camponesas do Brasil **

Estatutos

Art. 1 - A Organização Política das Ligas Camponesas do Brasil é o resultado da união voluntária e combativa da vanguarda do povo, para fazer a revolução brasileira e constituir uma sociedade socialista.

Art. 2 - Para alcançar este objetivo, seus membros têm por obrigação:

a) Lutar ativamente pelo cumprimento das decisões da Organização Política.

b) Estreitar, cada vez mais, os laços de unidade com as massas, corresponder em tempo oportuno à aplicações e necessidade dos trabalhadores, e explicar às massas o sentido da política e as decisões da Organização.

c) Observar a disciplina da Organização Política, obrigatória para todos os membros da mesma.

d) Comunicar aos organismos dirigentes da Organização, inclusive ao Conselho Nacional, as imperfeições no trabalho, conjugando o trabalho coletivo e a responsabilidade individual.

e) Guardar os segredos da Organização Política como prova de vigilância política, tendo sempre à vista que a vigilância dos militantes é imprescindível em todos os setores e em qualquer situação, e que a divulgação de um segredo da Organização constitui um crime e é incompatível com a qualidade de membro da mesma.

f) Trabalhar firmemente em qualquer posição que lhe seja confiada pelas Ligas, na orientação destas e na seleção dos quadros, de acordo com suas qualidades políticas e aptidões pessoais práticas.

Art. 3 - Os membros da Organização Política das Ligas Camponesas do Brasil têm direito a:

a) Eleger e serem eleitos para os organismos da Organização.

** Publicado na página 7 do jornal "Liga" de 11 de março de 1964.

b) Exigir sua participação pessoal na discussão dos assuntos relacionados com sua atuação e conduta.

c) Opinar, por escrito, sobre qualquer assunto ou representação, ou sobre qualquer instância da Organização.

Art. 4 - A admissão à OPLCB é de caráter individual e para qualquer pessoa não menor de 15 anos de idade.

Art. 5 - Serão expulsos da OPLCB os militantes que atraíam as Ligas Camponesas, contrariando os princípios e as disposições destes Estatutos.

Art. 6 - A suspensão e a expulsão poderão ser feitas pelos organismos a que pertence o militante, com direito a recurso ante os órgãos imediatamente superiores.

Art. 7 - O princípio diretivo da estrutura da OPLCB é o Centralismo Democrático, a saber:

a) Caráter coletivo de todos os órgãos dirigentes da OPLCB, de baixo para cima.

b) Informações periódicas sobre a tesouraria dos organismos da OPLCB, aos órgãos correspondentes.

c) Rigorosa disciplina na Organização Política e subordinação da minoria à maioria.

d) Caráter estritamente obrigatório das decisões dos organismos superiores aos inferiores.

Art. 8 - A OPLCB tem a seguinte estrutura, válida para todo o território nacional: Congresso Nacional, Conselho Nacional, Convenção Nacional, Conselho Regional, Convenção Estadual, Conselho Estadual, Convenção Municipal, Assembléia de Base, Conferência Distrital, Conselho Distrital, com a seguinte jurisdição e composição:

a) O Congresso Nacional se compõe de todos os filiados da OPLCB com jurisdição em todo o território brasileiro.

b) O Conselho Nacional estrutura-se com nove e treze membros, com jurisdição nacional.

c) A Convenção Regional compõe-se de todos os filiados de uma região, com jurisdição em um ou mais Estados.

d) O Conselho Regional estrutura-se com cinco ou sete membros, e tem jurisdição nos Estados em que está organizado.

e) A Convenção Estadual compõe-se de todos os filiados da OPLCB no Estado, com jurisdição no mesmo.

f) O Conselho Estadual estrutura-se com nove ou onze membros, com jurisdição no Estado.

g) A Convenção Municipal compõe-se de todos os filiados da OPLCB na base municipal onde tenha sua jurisdição.

h) O Conselho Municipal estrutura-se com cinco ou sete membros e tem sua jurisdição no território municipal.

i) O Conselho Distrital estrutura-se com três ou cinco membros e tem jurisdição distrital.

j) As Organizações de Base compõem-se de três ou cinco membros e formam-se nas fábricas, nos engenhos, nas fazendas, nos sítios, nas povoações, nos bairros, nos colégios, nos quartéis, etc.

Art. 9 - O Conselho Nacional escolherá uma Comissão Executiva de três a cinco membros, que aplicará as resoluções de conselho entre uma e outra reunião, podendo organizar quantas comissões sejam convenientes. O C.N., pela maioria dos membros, tem autoridade para dissolver qualquer organismo inferior.

Art. 10 - Os casos omissos serão debatidos pela Organização, através de seus órgãos aplicando-lhes a forma que mais convenha aos interesses da OPLCB.

Normas Complementares dos Estatutos da Organização Política das Ligas Camponesas do Brasil

Aprovadas pela Comissão da Organização

Dos deveres dos membros da OP das LCB

1. - Contribuir, materialmente, de acordo com as possibilidades de cada um e de acordo com as normas internas de cada organismo.

2. - Desenvolver a autocritica e a critica em todos os organismos, apontar os defeitos no trabalho, indicando soluções para a eliminação dos mesmos e combater a tendência de ver tudo "cor-de-rosa", deixando-se levar pelos êxitos no trabalho.

3. - Nenhum membro poderá falar em nome da Organização Política das Ligas Camponesas do Brasil, sem prévia autorização da mesmas.

Da Organização

4. - O convidado a candidato a membro da Organização Política será chamado individualmente e sua admissão será aprovada pelo organismo ao qual vai pertencer.

Modelo de Estatuto para uma Organização de Massas***

***Publicado na página 7 do jornal *Liga*, de 11 de março de 1964

A Liga Estadual ou Regional

Estatutos da Liga Camponesa do Estado de

Denominação, Jurisdição e Finalidades.

Art. 1. - A Liga Camponesa do Estado de fundada no dia....., com sede e funcionamento em, é uma sociedade cívica de direito privado, com jurisdição para todo o Estado de, e rege-se-á pelos presentes estatutos e pelas leis em vigor no país.

Art. 2. - A Liga tem por objetivo:

1 - Lutar pela adoção da **Reforma Agrária Radical** em nosso país, baseada no princípio de que **A Terra deve pertencer a quem nela trabalha.**

2 - Prestar assistência social aos arrendatários, assalariados e pequenos proprietários agrícolas.

3 - Fundar, instalar e manter serviços de assistência jurídica, médica, odontológica e educacional, segundo suas possibilidades.

Parágrafo Único: A Liga não fará discriminação de raças, credo político, religioso ou filosófico entre seus filiados.

Dos Sócios

Art. 3. - São condições para associar-se à Liga, o exercício de qualquer atividade ligada à produção agrícola e assinalada no item 1 (um do artigo 2º (segundo)).

Art. 4. - Os sócios podem ser efetivos, beneméritos e honorários.

1 - Somente podem ser sócios efetivos aqueles que preencherem os requisitos exigidos no item 1 do artigo 2º (segundo).

2 - São sócios beneméritos todos aqueles que, por relevantes serviços prestados à Liga, se fizerem dignos deste título, que será outorgado pelo Conselho Deliberativo, por proposição da Diretiva.

3 - Consideram-se sócios honorários todos aqueles que tomarem parte da reunião de fundação da Liga e que assinem na Ata de Fundação.

Dos Direitos e Obrigações dos Sócios

Art. 5 - São direitos dos sócios efetivos:

1 - Votar.

2 - Participar em todas as atividades programadas pela Liga.

3 - Gozar dos benefícios que lhe sejam conferidos pelos presentes estatutos.

Art. 6 - São obrigações dos sócios:

1 - Pagar as quotas que forem estipuladas anualmente pela Diretiva, incorrendo na pena de exclusão do quadro social todo aquele que se atrase em seus pagamentos, por um período de três meses consecutivos.

2 - Acatar e cumprir todos os acordos dos órgãos da Liga.

3 - Cumprir as tarefas determinadas e prestar contas do executado ao organismo que as tenha determinado.

Art. 7 - Um membro da Liga que se torne pernicioso para a mesma, ao infringir os deveres prescritos nestes Estatutos, deverá ser, na medida da infração, sancionado da seguinte maneira:

a) Advertido por escrito.

b) Censurado publicamente.

c) Suspenso ou destituído do cargo que ocupa.

d) Expulso da Liga.

1 - As penas serão aplicadas pelo organismo a que esteja diretamente subordinado o infrator, através de processo sumário, com audiência do acusado.

2 - Das penas aplicadas pela Diretiva, caberá recurso para o Conselho Deliberativo.

Da Administração

Art. 8 - A Liga será administrada por uma Diretoria, por um Conselho Deliberativo e pela Assembléia Geral.

1 - A Diretoria terá função executiva e compor-se-á de um Presidente, um 1º Vice-Presidente, um 2º Vice-Presidente, um 1º Secretário, um 2º Secretário, um 1º Tesoureiro e um 2º Tesoureiro.

2 - O Conselho Deliberativo terá função deliberativa e compor-se-á de 13 (treze) membros.

3 - A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez cada dois anos, para eleger a Diretoria e o Conselho Deliberativo, e para aprovar ou reprovar as informações da Tesouraria à Diretoria.

a) O mandato da Diretoria e do Conselho Deliberativo será de 2 (dois) anos.

b) O mandato da primeira Diretoria e do primeiro Conselho Deliberativo, eleitos na Assembléia de Fundação, será de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 9 - São funções do Presidente da Diretiva:

1 - Representar a Liga judicial e extrajudicialmente, podendo, além disso, constituir procurador.

2 - Presidir e convocar a reunião da Diretoria e das Assembléias Gerais.

Art. 10 - As atribuições dos demais membros da Diretoria são definidas no Regulamento Interno da Liga.

Art. 11 - A Diretoria reunir-se-á ordinariamente uma vez por quinzena e extraordinariamente quando seja convocada pelo Presidente ou pela maioria simples de seus componentes.

Art. 12 - A Assembléia Geral pode reunir-se extraordinariamente, quando seja convocada pelo Presidente, com autorização da Diretoria, ou quando seja convocada pelo Conselho Deliberativo.

Art. 13 - O Presidente da Assembléia Geral será o Presidente da diretiva, que designará um Secretário "ad hoc" para os trabalhos.

Art. 14 - A Assembléia Geral pode reunir-se em primeira convocação, com a presença de 10 % (dez por cento) dos sócios solventes, e em segunda convocatória, uma hora depois da primeira, com qualquer número.

Art. 15 - Os membros do Conselho Deliberativo, na primeira reunião, elegerão um Presidente e um Secretário.

Art. 16 - O Conselho Deliberativo poderá ser integrado por sócios efetivos, beneméritos e honorários, não se fazendo extensivo este privilégio aos demais organismos.

Art. 17 - São atribuições do Conselho Deliberativo orientar todas as atividades da Liga durante e no intervalo das reuniões ordinárias da Assembléia Geral, sendo suas decisões soberanas em relação com a Diretoria.

Art. 18 - O Conselho Deliberativo reunir-se-á ordinariamente uma vez cada quinze dias e extraordinariamente quando seja convocada pelo Presidente.

Art. 19 - Os cargos que ficarem vagos na Diretoria serão desempenhados interinamente por aprovação da maioria simples da Diretoria previamente para que a Assembléia Geral, convocada com qualquer finalidade, ratifique ou nomeie novo membro para o cargo desocupado, assumido interinamente.

Das Delegacias Municipais ou Locais

Art. 20 - A Liga cuja jurisdição abarca todo o estado de..... poderá nomear delegacias municipais ou locais.

Parágrafo Único : As Delegacias serão dirigidas por uma Diretoria e pela Assembléia Geral, na forma que o indicam os presentes Estatutos, podendo a diretoria, em casos especiais, compor-se de, apenas, um Presidente, um Secretário-Geral e um Tesoureiro.

Art. 21 - As Delegacias estarão subordinadas, diretamente, aos órgãos centrais da Liga, considerando-se, entretanto, sub-sedes da mesma.

Art. 22 - Fundada uma Delegacia Municipal ou Local, a Diretoria da Liga comunicará o fato imediatamente às autoridades locais.

Disposições Gerais

Art. 23 - O Patrimônio da Liga formar-se-á com as quotas mensais dos sócios, doações, subvenções ou qualquer outra forma lícita de renda.

Art. 24 - O movimento econômico da Liga será registrado de maneira que permita uma rápida verificação por qualquer sócio interessado.

Art. 25 - A Liga colaborará com entidades afins de direito público ou privado, em interesse da melhoria de condições de vida dos trabalhadores rurais, podendo, portanto, celebrar convênios e acordos.

Parágrafo Único: Os convênios e acordos de que trata o artigo 25, somente serão confirmados mediante aprovação do Conselho Deliberativo da Liga e, em última instância, da Assembléia Geral.

Art. 26 - Todas as decisões da Liga serão tomadas por maioria simples de votos, salvo reserva dos casos expressamente previstos nestes Estatutos.

Art. 27 - Os presentes Estatutos somente poderão ser reformados por uma Assembléia Geral Extraordinária, convocada para esse fim.

Art. 28 - Os sócios não responderão subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Art. 29 - A Liga se dissolverá por Assembléia Geral, convocada para esse fim, o que deliberará pelo voto de 2/3 (dois terços) dos presentes.

Parágrafo Único: Essa Assembléia Geral destinará o patrimônio da Liga a uma instituição com fins análogos.

Art. 30 - A eleição dos Organismos Dirigentes da Liga na reunião de sua fundação faz-se por aclamação, e para sua renovação far-se-á por votação secreta.

Art. 31 - Os casos não previstos pelos presentes Estatutos serão resolvidos pelo Conselho Deliberativo.

As Ligas Camponesas e a Revolução Brasileira

Companheiros:

A crise política e econômica que hoje em dia atravessa o povo brasileiro é um fenômeno, um fato natural dos dias em que vivemos. Previa-se a implantação, cedo ou tarde, de uma ditadura militar fascista em nosso país. Nenhum homem esclarecido e consciente da fase de desespero que, dia após dia, vai dominando o imperialismo norte-americano em todo o mundo, ficou surpreendido, e muito menos o homem conhecedor da tomada de consciência libertadora dos povos explorados.

Lenine disse que, com o surgimento do primeiro Estado socialista no mundo, a União Soviética, tornar-se-iam mais agudas as contradições entre o imperialismo e os povos dependentes. Assinalou, também, o grande mestre, que o movimento de libertação dos povos colonizados e dependentes forma parte da Grande Revolução Socialista Mundial.

Na medida em que os povos se libertam do colonialismo e do imperialismo, e na medida em que aumenta e se solidifica o campo dos países socialistas, o imperialismo, cuja vanguarda encontra-se nos Estados Unidos, resistiria, ainda mais, para não perder os países que explora. A História, neste meio século, já demonstrou isso.

Depois da Segunda Guerra Mundial, o campo socialista cresceu com a incorporação de numerosos países europeus e a China - o país mais populoso do mundo - cobrindo, assim, mais de um terço da população mundial. Um terço dos habitantes da terra deixará de ser explorado pelo imperialismo. Além do mais, numerosos países colonizados, semi-colonizados e dependentes, viram chegar a hora de libertarem-se de seus exploradores e seus povos tornaram-se independentes. Assim ocorreu com a Índia, Indonésia, Egito e muitos outros. Onde o colonialismo e o imperialismo resistiram com a força, os povos se libertaram com as armas nas mãos. Povos débeis, por serem pobres, e tidos como incultos, derrotaram a poderosos exércitos e expulsaram de seus territórios o colonialismo e o imperialismo opressores, provando, uma vez mais, que não há poderio bélico ca-

paz de subjugar aos povos que lutam por sua libertação. As derrotas armadas sofridas pelo imperialismo em Indonésia, Coréia, Indochina, Argélia, Cuba, Congo e Zanzibar, vêm demonstrar que a consciência libertadora dos povos é mais forte que os mais poderosos exércitos do imperialismo.

Com seu campo de exploração cada dia mais reduzido na Ásia, África e Oceania, o imperialismo busca, hoje em dia, saquear o máximo de riquezas do seu último reduto, que é a América Latina. Para garantir essa exploração, o governo dos Estados Unidos influi na política e na economia dos países latino-americanos. E, onde supunha que haja alguma resistência, aniquila os dirigentes constitucionalmente eleitos e implanta ditaduras militares ou governos servis aos seus interesses políticos, econômicos e financeiros.

Para manter-se no poder, esses lacaios do imperialismo norte-americano têm que fechar os parlamentos, os tribunais, os sindicatos e outras associações de trabalhadores, sufocando assim, toda sorte de liberdades e conquistas populares.

Os imperialistas, no entanto, conhecem o perigo que correm seus interesses num país de regime ditatorial. Sabem que, onde não existe um mínimo de liberdade, as massas se levantam e, além do mais, sabem que as massas levantadas são histórica e inevitavelmente conduzidas, neste século, à instauração de um governo democrático popular e ao socialismo.

Por isso, depois de dar o golpe, o imperialismo norte-americano exige que seus agentes instalados no governo convoquem imediatamente a "eleição" e façam determinadas "reformas" para, com isso, anestésiar o povo e retardar sua marcha para o Poder, porque as "eleições e as "reformas" que fazem são, apenas, umas farsas que têm o objetivo de convencer aos incautos da legalidade do regime títere instaurado e de acomodar aos oportunistas. Porque a fome, a miséria, resultantes da exploração imperialista e do feudalismo no campo, tornam-se cada vez mais insuportáveis, até que, um dia, as massas esclarecidas e organizadas levantem-se para sua definitiva libertação.

É este o processo pelo qual têm passado todos os povos que ainda lutam ou já se libertaram do imperialismo.

Na América Latina, principalmente depois da Revolução Cubana, que levou os operários e os camponeses ao Poder, têm sido frequentes os golpes militares e a implantação do fascismo. A maioria dos países do Continente viram depostos seus governos e, em consequência, seus povos foram mergulhados no terror policial, na fome e na maior miséria.

Em tal conjuntura, desde logo, o Brasil, tão rico, cobiçado e explorado, não seria uma exceção. Cedo ou tarde, o golpe militar a serviço do imperialismo e de seus agentes internos, os latifundiários, liquidariam as poucas liberdades conquistadas por nosso povo.

O imperialismo não se contenta com o sangue e o suor que suga dos povos pobres. Quer, sempre, empobrecê-los ainda mais, na mesma medida em que se enriquece. Exige sempre mais e mais. E o governo que não lhe dá tudo é derrubado pela força. Por isso, o imperialismo matou Getúlio Vargas, em 1954, tratou de impedir que assumissem o poder tanto Juscelino Kubitschek como João Goulart, em 1955; derrubou Jânio Quadros em 1961 e, em 1964, ao presidente João Goulart, e implantou a ditadura militar encabeçada por Castelo Branco.

A ditadura fascista quer, apoiada no terrorismo, entregar as riquezas nacionais e comprometer os esforços de nosso povo aos Estados Unidos. Isto só não é visto pelos cegos e os que não querem ver. Desde o suicídio de Getúlio Vargas, o povo está consciente de que o imperialismo quer liquidar as liberdades democráticas no Brasil, tal como ocorre em outros países latino-americanos. A necessidade de organizar as massas se faz mais urgente a cada dia que passa. A aliança operário-camponesa, que é a base das Revoluções deste século, não havia, até então, existido, porque o camponês não estava organizado. Isso somente foi possível com o surgimento das condições históricas e com a ajuda da vanguarda operária, foi possível avançar na organização do campo, iniciada, principalmente, pelas Ligas Camponesas, fundadas em 1955. A propósito, vejamos o que diz o economista Celso Furtado, ex-Ministro de Estado, em sua "Dialética do Desenvolvimento":

"Em 1960-62, quando a pressão chegou ao máximo, o salário de um camponês era suficiente, apenas, para comprar um litro de farinha de mandioca, o que levou o conhecido escritor francês a assinalar, ante a opinião pública mundial, a miséria imposta à massa camponesa do Nordeste açucareiro como um caso de flagrante ge-

nocídio. É necessário partir dessa realidade para explicar o extraordinário fenômeno das Ligas Camponesas, cujas rápida propagação não encontra paralelo na história dos movimentos sociais do Brasil. Enfrentando, em sua fase inicial, a resistência organizada e violenta de uma oligarquia, cujo poder se assemelha ao de um Estado totalitário, as Ligas adquiriram, de repente, uma auréola de mistério em suas formas secretas de organização, que encontrou ressonância no espírito religioso da massa camponesa. Transmitindo suas mensagens através de símbolos, propagando-se por meio de versos difundidos de feira em feira pelos poetas populares camponeses, criando mártires ali onde uma população sem presente e sem destino aguardava qualquer mensagem que lhe desse um sentido à vida, o movimento das Ligas levou as massas camponesas do Nordeste a cumprir, num prazo surpreendentemente breve, uma evolução que, em outras partes, amadureceu depois de longas décadas. Para se compreender este fenômeno inusitado, como foi a formação de uma consciência de classe nos camponeses da área do açúcar num período que apenas excedeu de um quinquênio, é necessário ter em conta a tenacidade com que a classe proprietária pretendeu salvar o conjunto de seus privilégios feudais até o último momento. Na grande plantação de açúcar, de acordo com o que indicamos, a autoridade pública e privada confundiam-se numa só."

"O trabalhador não tinha idéia do Poder Público senão através da força policial, que, ocasionalmente, era chamada pelo proprietário, para solucionar um problema de maior gravidade."

"A defesa diária da "propriedade" contra possíveis "intrusos" era feita pela polícia privada de caráter mais ou menos ofensiva. Desta maneira, o camponês não percebia claramente onde terminava a arbitrariedade do proprietário e onde começava a ação do Poder Público."

"Ao tomar consciência de que existia um conflito de interesses entre eles e o proprietário, os camponeses sentiram-se num antagonismo aberto com o Poder Público. O Estado não era outra coisa que um instrumento superior da opressão a serviço da classe proprietária. Assim, ao iniciar-se o movimento das Ligas, as únicas lideranças que puderam prevalecer foram aquelas que falavam uma linguagem de aberta hostilidade ao Poder Público, símbolo do complexo de interesses da classe proprietária. Nesta forma, eliminou-se toda possibilidade de que prevalessem lideranças de tipo paternalista, baseadas na distribuição de favores financiados pelos caudais

públicos. O movimento de organização da classe camponesa das propriedades açucareiras apresentou, em 1962, todas as características de uma mobilização revolucionária de tipo clássico. Os líderes, fossem de formação marxista ou católica, tinham todos a preocupação de dizer bem alto que estavam lutando contra a ordem de coisas estabelecida."

"Partiam do princípio de que a organização sócio-econômica existente era injusta e devia ser modificada".

A Revolução Cubana teve, por sua vez, fundamental importância na expansão das Ligas Camponesas do Brasil. Sem maiores compromissos com a campanha presidencial de 1960, as Ligas puderam ser pioneiras do movimento de solidariedade a Cuba, contra cuja revolução se voltava a candidatura nacionalista das forças de esquerda, a do marechal Lott. Em plena campanha presidencial, em todo o Nordeste ferveu um vasto movimento de massas camponesas em apoio à Revolução Cubana. E as Ligas, a partir daquele momento, espalharam-se por doze estados da Federação, entusiasmando as massas trabalhadoras com profunda repercussão no exterior, até o ponto de ser motivo de preocupação para a Conferência de Chanceleres da OEA, realizada em Montevideu, em 1961. É que o movimento dos camponeses já havia assumido um caráter eminentemente político.

A derrubada de Jânio Quadros foi um aviso de que a ditadura imperialista estava à vista. Os trabalhadores e o povo, a democracia brasileira, seriam golpeados a qualquer momento. As Ligas, então, iniciaram imediatamente a construção de seus dispositivos militares em regiões estratégicas e desenvolveram um intenso treinamento de guerrilhas. Era a consciência do dever para com o nosso povo e para com a Revolução Mundial. Sem subestimar a importância da aplicação das conquistas democráticas na campanha eleitoral subsequente, as Ligas, no entanto, procuraram forjar dispositivos de defesa do povo ameaçado pela ditadura militar fascista iminente.

Sendo um vasto movimento de massas camponesas, faltavam-lhe, no entanto, estrutura leninista que garantisse a unidade e a disciplina na ação. Em que pese estarem dirigidas por uma equipe de marxistas de longa militância no Partido Comunista Brasileiro, a essa equipe faltava o devido nível político-ideológico e teórico para compreender a necessidade de uma estrutura leninista coordenada com o trabalho aberto, amplo, de seu presidente honorário, Francis-

co Julião. A falta de uma estrutura leninista permitiu atos de desintegração dentro dos dispositivos militares. Nesta fase, voltaram-se contra as Ligas Camponesas não só o imperialismo, os senhores feudais e a polícia política, como também determinados senhores de esquerda, que buscavam a destruição dos dispositivos de guerrilhas da organização camponesa. Uns, por discordar do caminho violento da Revolução Brasileira, alimentados pela ilusória superestimação da frente única com a burguesia nacional e considerando "aventureirismo" qualquer medida militar preventiva contra a violência do imperialismo. Outros, infiltrados dentro das Ligas, buscavam o assalto aos dispositivos de guerrilhas ou sua destruição, disputando a liderança do movimento armado. E alguns, interessados simplesmente no saqueio, no roubo, no assalto aos recursos materiais da organização camponesa. Foi uma luta aberta contra as Ligas com o objetivo de desintegrá-las e extingui-las. As investidas das hordas desses oportunistas foram detidas com o expurgo, levado a efeito em fins de 1962, com o fim de evitar que fossem entregues à polícia a totalidade dos aparelhos e dispositivos militares da organização.

Os dirigentes das Ligas tiveram, então, que retroceder e fortalecer o trabalho de mobilização das massas camponesas, para logo criar uma estrutura leninista capaz de forjar sua unidade e disciplina conscientes. Somente em janeiro de 1964 foi fundada a Organização Política das Ligas Camponesas do Brasil, e passaram por cursos de politização marxista-leninista seus primeiros militantes. Foi enorme a resistência encontrada, principalmente nos escalões superiores das Ligas, para que não se criasse uma estrutura leninista nem uma direção coletiva que desenvolvesse o programa das organizações camponesas. Ainda não se havia vencido a resistência ideológica pequeno-burguesa contra o novo tipo de organização, para continuar a reconstrução dos dispositivos armados, quando a reação desatou, contra o povo brasileiro, o golpe militar de abril. Como era de se esperar, as organizações de massa foram vítimas abertas do terror fascista. Manteve-se, no entanto, de pé a Organização Política, enfrentando o terror e trabalhando na mais dura clandestinidade.

O pleno da Organização Política das Ligas Camponesas do Brasil, realizado este ano, abriu promissoras perspectivas ao trabalho de reconstrução, a nível nacional, das Ligas com base na organização leninista. A reestruturação da Comissão Construtora, organismo máximo da Organização Política das Ligas, até a realização do 1º Congresso e a circulação clandestina de nosso jornal *LIGA*, permitiram uma maior ajuda aos presos políticos e aos perseguidos,

e um sólido trabalho de construção revolucionária nos campos e nas cidades.

A direção das L.C. do Brasil entende que o processo histórico brasileiro não sofrerá solução de continuidade, nem refreios. A fome, a miséria e a opressão impostas pelo imperialismo, através da ditadura fascista de Castelo Branco, serão cada vez mais agudas. A entrega das riquezas e esforços nacionais aos Estados Unidos será cada vez mais descarada e desonrosa ao orgulho e à consciência nacionais. O terror será, em cada momento, mais intenso e, além do mais, implantado por grupinhos de pequenos-burgueses desesperados que, aqui e acolá, lançam-se a ações inconseqüentes e isoladas. Por seu turno, o Departamento de Estado Norte-americano, para disfarçar o alto grau de exploração e os assaltos à economia nacional, exigirá de Castelo Branco a realização de eleições fraudulentas e a manutenção de algumas franquias democráticas. Não terminará, com isso, a fome, a miséria e a opressão do povo. Tais medidas têm como objetivo diminuir, pura e simplesmente, o ódio e a preocupação das massas, para impedir-lhes que, unidas e organizadas, formem uma resistência armada contra a ditadura militar a serviço do imperialismo.

A vigilância revolucionária exige que as organizações de vanguarda da classe operária e do campesinato não se deixem levar pela espontaneidade do processo histórico. O dever do revolucionário é apressá-lo e não esperar sentado que o funeral do imperialismo passe por sua porta. Daí que:

1 - A Organização Política das L.C. do Brasil, entende ser de primordial importância o aproveitamento de todas as brechas de liberdade que a ditadura se veja forçada a possibilitar, para fazer crescer e robustecer nelas as organizações leninistas da O.P. (Organização Política) e a restauração dos dispositivos militares das Ligas.

2 - Urge, em relação a isto, fortalecer a aliança operário-camponesa no processo de formação da frente única com as forças políticas interessadas no aniquilamento da ditadura e na libertação de nossa pátria do imperialismo norte-americano e as grandes grandes massas rurais do feudalismo.

3 - Cabe, portanto, às seções das L.C. do Brasil - a Organização de Massas e a Organização Política - impulsionar o movimento

reivindicatório das massas em frente única com todos os interessados no melhoramento das condições de vida de nosso povo.

4 - Os integrantes das Ligas extintas pelo terror policial, devem fundar novas organizações e realizar uma vida ativa dentro dos sindicatos dos trabalhadores, sem dar trégua aos exploradores do povo, observando sempre as características do momento e as condições locais para desencadear as greves e outras formas de luta.

5 - A Organização Política deve saber combinar muito bem o trabalho amplo das massas com o trabalho clandestino, exercendo a rigorosa vigilância que a atual situação exige, e construir solidamente, armado da ideologia proletária e da teoria marxista-leninista, uma estrutura nacional capacitada para enfrentar as investidas do inimigo.

6 - As Ligas Camponesas do Brasil, em seu conjunto - Organização Política e Organização de Massas - devem contribuir dia e noite na formação da aliança operário-camponesa para, no mais breve prazo possível, ombro a ombro com as demais forças revolucionárias dirigidas pela Classe Operária, interessadas em libertar a nossa pátria do imperialismo e dos restos feudais.

"Ou tomar a pátria livre ou morrer pelo Brasil".

Nordeste Brasileiro, agosto de 1965.

C.C. da Organização Política das Ligas Camponesas do Brasil.

Sobre o autor

Clodomir Moraes nasceu em Santa Maria da Vitória, Bahia. Estudou em São Paulo e se formou em Direito no Recife. Foi organizador e assessor das Ligas Camponesas nos anos 50 e 60. Foi também deputado estadual em Pernambuco.

Posteriormente, teve os direitos políticos cassados por dez anos e, depois de dois anos de prisão, amargou um exílio de quinze anos, no qual foi Conselheiro Regional da ONU para a América Latina em assuntos de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural.

Depois, para as agências OIT, PNUD E FAO, das Nações Unidas, dirigiu Projetos de Capacitação em Organização em Honduras, México, Nicarágua e Portugal e foi consultor dessas agências para missões técnicas na Europa, América Latina, África e Ásia, nas questões de organização camponesa.

Clodomir Moraes foi professor residente das Universidades de Rostock, na Alemanha, e na Universidade de Brasília - UnB, onde fundou o Instituto de Apoio Técnico aos Países do Terceiro Mundo - IATTERMUND, instituição que tem como objetivo fundamental gerar emprego e renda, uma vez que o desemprego constitui o problema mais grave dos países em vias de desenvolvimento.

Foi professor conferencista nas Universidades de Berlim (Alemanha), Wisconsin (Estados Unidos) e em várias universidades de países da América Latina. Desde 1996 é professor de Sociologia na Universidade Federal de Rondônia-UNIR.

Tem 17 livros publicados, alguns deles em vários idiomas.

Nos quatro anos em que esteve na Alemanha, fez o curso de Doutorado em Sociologia.

PRINCIPAIS OBRAS DO AUTOR

- "DICCIONÁRIO DE REFORMA AGRÁRIA" (Quatro edições)
(Prefácio de Josué de Castro).
Editora Universitaria Centroamericana, EDUCA São José, Costa Rica
- 1973.
- "ELEMENTOS DE TEORIA DA ORGANIZAÇÃO"
(Com 133 de edições em desenove países, em mais de cinco idiomas
e dialetos das quais constam quinze edições no Brasil, incluindo
quatro do MST (de 1969 a 1997)
- "O REENCONTRADO ELO PERDIDO DAS REFORMAS AGRÁRIAS"
(Prefácio de Osny Duarte Pereira)
Edições: IATTERMUND, Brasília, março de 1997
- "LA MOVILIDAD DE LA MANO DE OBRA EM
CENTROAMERICA"
Ediciones PROCCARA-FAO-Tegucigalpa-Honduras, 1975.
- "LA MARCHA HACIA LA CIUDAD"
Ediciones PROCCARA-FAO - Tegucigalpa-Honduras, 1976.
- QUEDA DE UMA OLIGARQUIA (Prefácio de Barbosa Lima Sobrinho)
GERSA EDITORA - Recife-Brasil, 1960.